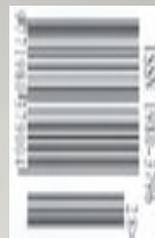


retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº28 | NOVEMBRO DE 2009



O PRÉ- SAL É NOSSO?

NO DEBATE SOBRE O DESTINO DAS GRANDES RESERVAS DE PETRÓLEO RECENTEMENTE DESCOBERTAS, HÁ APENAS DUAS POSIÇÕES: UMA DOS ENTREGUISTAS E OUTRA DOS NACIONALISTAS DO GOVERNO. CERTO? ERRADO

EUA

As limitações de Obama diante da monumental crise da saúde

CAPITALISMO SELVAGEM

Os pequenos empresários brasileiros e sua dura batalha pela sobrevivência

RIO DE JANEIRO

Como um MC juntou sua gente e conseguiu aprovar leis para proteger o *funk* no estado

SEGURANÇA PÚBLICA

A primeira conferência nacional produziu sugestões para todos os gostos

Gestão pública eficiente.

Nada tem transformado tanto a vida dos pernambucanos.



Pernambuco tem uma das gestões públicas mais modernas do país. É o que diz a revista *Exame*, da última semana de agosto, na matéria *A banda "boa" do setor público*. É o que reconhece também o prêmio Qualidade RS, o "Oscar da Gestão", concedido pela primeira vez ao governo de um Estado. O modelo de gestão Todos por Pernambuco, implantado em 2007, controlou despesas, economizou R\$ 107 milhões dos cofres do Estado e gerou 200 mil empregos. Todas as contas da administração estão em dia e os investimentos em obras



estruturais, a renda e a qualidade de vida não param de crescer. O Governo de Pernambuco tem metas claras do que pretende alcançar, todas monitoradas com rigor mês a mês. Hoje, mais de 400 ações levam desenvolvimento para a capital e o Interior. Programas como o Pacto Pela Vida, responsável pela queda de 8,45% na comparação dos índices de homicídios entre os primeiros semestres de 2008 e 2009, e a implantação de 90 novas Escolas de Referência de Ensino Médio são exemplos da transformação concreta promovida em Pernambuco.



GOVERNO DE
Pernambuco
É COM TRABALHO QUE
PERNAMBUCO SE TRANSFORMA.

06 **Ponto de Vista** **O PETRÓLEO E A QUESTÃO NACIONAL**

As gigantescas reservas descobertas pela Petrobras podem acelerar o desenvolvimento do País. Se, é claro, o governo deixar de lado a tentativa de agradar o grande capital

09 **NO CRAVO. E NA FERRADURA**

Um acordo internacional e o apoio a projeto para regular as relações com os diversos cultos. Parece que o governo quer garantir boas relações com as principais religiões
[Rafael Hernandes]

11 **VITÓRIA DO BATIDÃO**

A injustiça cometida contra o *funk* foi corrigida com leis aprovadas no Rio que proíbem qualquer discriminação contra uma manifestação cultural que contagia milhões
[Lia Imanishi]

30 **A RODA VIVA DAS PMEs**

Os pequenos e médios empresários brasileiros inventam negócios, tecnologias e produtos de impressionante variedade. Tudo para sobreviver
[Tânia Calíari]



22 **POBRE RIO**

Nosso segundo estado mais rico é o campeão nacional da tuberculose, uma enfermidade que está em queda no País...
[Lia Imanishi]



16 **PARECE, MAS NÃO É**

A Petrobras foi, aparentemente, recolocada, nas propostas do governo, no comando do processo de exploração, produção e venda do petróleo no País. Só aparentemente...
[Ilido Sauer]

24 **FIM DE CICLO?**

Após anos de queda, os índices que medem a criminalidade pioraram em São Paulo. A culpa, diz a polícia, é da crise econômica
[Rafael Hernandes]

26 **PARA TODOS OS GOSTOS**

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública terminou com um amontoado de propostas ao Executivo, às vezes contraditórias
[Ignacio Cano]



Folha Imagem

47 JACKSON DO PANDEIRO, ÂS DO SINCOPADO

O artista que rivalizou com Luiz Gonzaga como um dos grandes da música popular nordestina faria 90 anos
[Tárik de Souza]

36 OS MALES DA SAÚDE

Obama tenta fazer média entre as mazelas dos planos privados e a oportunidade de criar um serviço público universal. E pode acabar no meio do caminho
[Flávio Dieguez]

44 DE VOLTA AO FIM DO MUNDO

Castro, Kennedy e Krushev são personagens centrais de livro que narra de forma eletrizante episódio crucial da Guerra Fria
[Angelo Segrillo]

51 UMA HISTÓRIA TORTUOSA

Apesar de problemática, a narrativa da trajetória da Rádio e TV Cultura de São Paulo contada em livro é um bom registro dos fatos
[Laurindo Leal Filho]

42 A GUERRA DA DROGA

Na América Latina, diante da dificuldade de enfrentar o crime, liberar o uso leve de maconha e de outras substâncias é uma saída
[Yuri Martins Fontes]

49 HORA DE MOBILIZAÇÃO

O cineasta Jorge Furtado e o músico Chico César acham que é preciso aproveitar as oportunidades que o momento oferece
[Maurício Barros de Castro]

53 O FUTURO VEM DAS NUVENS

A nova forma de utilização da rede mundial de computadores vai além da mera comunicação e promete um enorme salto
[Flávio de Carvalho Serpa]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj.42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

CAPA Chico Max

EXPEDIENTE - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira **EDIÇÃO** Armando Sartori **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Caliani **DIREÇÃO DE ARTE** Chico Max **EDIÇÃO DE ARTE** Pedro Ivo Sartori **REVISÃO** Silvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] **COLABORARAM NESTA EDIÇÃO** Angelo Segrillo • Carla Bispo • Flávio de Carvalho Serpa • Ildo Sauer • Ignacio Cano • Laurindo Leal Filho • Maurício Barros de Castro • Sergio Bondioni • Tárik de Souza • Yuri Martins Fontes • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A. **EDITORA MANIFESTO S.A.** **PRESIDENTE** Roberto Davis **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • **ASSESSORIA** EDICASE [www.edicase.com.br] **DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS** Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]





O petróleo e a questão nacional

Ricardo Stuckert/Presidência

A Petrobras descobriu gigantescas reservas que podem impulsionar o desenvolvimento do País. O problema é que o governo quer agradar o grande capital

DOS PRODUTOS DA TERRA, o petróleo é o “ouro negro”, tem um valor especial. A renda diferencial dos produtos naturais é conhecida há tempos. Karl Marx (1816-1883) já mostrava como o fabricante, cujas máquinas são movidas por energia hidráulica, proveniente de quedas-d’água naturais de sua propriedade, fica com lucros maiores do que o dono de máquinas que compra o carvão, aquece a água e usa o vapor para movê-las.

No caso do petróleo, diz Ilso Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), a renda diferencial se deve ao fato de que no atual modelo urbano-industrial, cujos sistemas de produção, circulação e distribuição são grandemente baseados em máquinas com motores movidos a

gasolina e diesel, nenhuma outra fonte de energia contribui tanto e com mais flexibilidade para fazer girar, cada vez mais rapidamente, as engrenagens acopladas de consumo, produção e geração de excedente econômico do sistema.

Sauer não é apenas um teórico dessa questão. Foi militante do núcleo de intelectuais unidos em torno de Luiz Inácio Lula da Silva desde sua primeira candidatura à presidência. E é, talvez, o principal responsável por levar a esse movimento a tese de que o Estado brasileiro deveria se apossar da maior parte possível dessa renda diferenciada, das quedas-d’água e do petróleo para favorecer o desenvolvimento da economia e a distribuição de renda.

Sauer acha ambíguo o pacote de leis enviadas pelo governo ao Congresso com o intuito de mudar o marco regulatório do petróleo (leia artigo de sua autoria nesta edição). E tem razão.

Até as petroleiras internacionais, que são avessas a grandes alterações, consideram que o Estado poderia perfeitamente se apropriar de uma fração maior da renda do petróleo. A questão, portanto, não se limita à necessidade de mudança, mas ao sentido em que ela deve ser realizada.

Atualmente, vale o regime de concessão. O governo leiloa licenças para exploração e produção de petróleo em áreas determinadas. Os vencedores, isto é, os concessionários, pagam bônus – quantia pela assinatura dos contratos

– *royalties* – taxas por produção até certo volume – e participações especiais – taxas adicionais para áreas muito produtivas.

Para entender como pode ser o novo regime de distribuição da renda petroleira, deve-se analisar como é feita a divisão hoje.

Essa análise pode ter foco nas contas da Petrobras, que ainda é a empresa que extrai mais de 90% do petróleo no País. No ano passado, para uma receita de 315 bilhões de reais, houve custos de 175 bilhões com insumos – materiais fornecidos e serviços prestados por outras empresas – e com depreciação e amortização dos equipamentos. Subtraindo-se os custos das receitas, obtém-se o valor adicionado no ano passado: 140 bilhões de reais.

Dessa parte, os governos das três esferas federativas ficaram com 85 bilhões de reais, que saíram dos bônus, *royalties* e participações especiais. E a União levou 12 bilhões de reais adicionais correspondentes à sua cota de 40% no lucro da empresa, de 30 bilhões de reais.

Na distribuição do valor adicionado, há ainda dois itens importantes: 10 bilhões de reais para pagamento de juros e de aluguéis de instalações e equipamentos e 15 bilhões de reais destinados a salários e outras despesas de pessoal.

Desses números, pode-se concluir que:

- A maior parte da receita vai para outras empresas, como as *oil service companies*, entre as quais se destaca a Halliburton, companhia com grande experiência em equipamentos e tecnologia para exploração de águas profundas localizada em 70 países, inclusive no Brasil. Uma plataforma de exploração por elas montada custa em torno de 2 bilhões de dólares, e o aluguel de um de seus modernos navios-sonda de exploração custa mais de 500 mil dólares ao dia. É claro que a Petrobras tem muitos fornecedores no País. Mas, como disse um deles: a estatal, hoje, compra aqui o que é mais barato e tecnologicamente menos avançado.

- A parte dos salários e encargos é pequena. No caso, ao pagamento do pessoal empregado diretamente pela Petrobras, com salários e direitos

razoáveis para os padrões brasileiros, é preciso acrescentar os pagamentos aos terceirizados – como motoristas, seguranças e outros, que chegam a mais de 200 mil funcionários, numa proporção de mais de três para cada contratado diretamente. Estes recebem, em geral, menores salários e têm menos direitos. Nas contas do petróleo, não se destaca essa parte. Mas ela constitui o chamado trabalho vivo, que é a verdadeira fonte do valor agregado ao petróleo natural. Ele é que incorpora o trabalho morto contido em máquinas, equipamentos e construções

O que há de melhor nos projetos do governo enviados ao Congresso é a chance de controlar o ritmo de produção e comercialização do petróleo. O pior aspecto é a ambiguidade

ao petróleo, que vem da natureza. E, dessa forma, cria o petróleo-mercadoria.

- Se o objetivo for, de fato, distribuir renda no País não somente com ajudas, como nos programas do Bolsa-Família, é preciso melhorar os salários e, com esse propósito, elevar a qualificação do trabalho realizado aqui. A Petrobras deixa de comprar no território nacional não porque gosta de fazer isso no exterior, mas porque, para competir em igualdade de condições com as petroleiras estrangeiras, precisa utilizar equipamentos avançados que proporcionem maior produtividade e maior incorporação de valor ao produto com o mesmo trabalho vivo. O País é atrasado tecnologicamente e produz, basicamente, o que é de menor valor agregado. Uma solução que interesse aos trabalhadores, portanto, deve resolver essa contradição. Eles precisam ganhar melhores salários

e ser menos explorados, mas não podem pretender que a estatal que ajudaram a construir no passado, com um amplíssimo movimento de massas, seja, no futuro, menos avançada tecnologicamente que as petroleiras estrangeiras.

- Do valor adicionado pela Petrobras, as três esferas de governo retêm a parte do leão. Somando-se bônus, *royalties* e participações nos lucros da União, chega-se a cerca de 70% do valor criado na empresa. E, como se percebe no debate já desencadeado, o dinheiro é mal distribuído. Embora seja uma riqueza do País, essa fortuna é rateada entre poucos estados e poucas cidades. E é mal gasta. Um dos municípios beneficiados, por exemplo, com o dinheiro do petróleo, paga planos de saúde privados a seus moradores. Com isso, não resolve seus problemas de saúde. E enfraquece o Sistema Único de Saúde (SUS).

Há quem apresente o debate das novas leis do petróleo como o da escolha entre duas posições: a das petroleiras estrangeiras e a nacional, do governo. A nosso ver, há três posições: as duas citadas e a do campo democrático-popular.

As petroleiras não querem a mudança do regime de concessões para o da partilha. E nem tanto pelo fato de essa prever para elas uma fatia menor. A razão pela preferência é que elas viram que as áreas do petróleo da camada pré-sal são muito produtivas. A Petrobras já avaliou as de Guará, Iara, Tupi e Parque das Baleias, onde encontrou reservas estimadas entre 12 bilhões e 20 bilhões de barris, as maiores descobertas no mundo nos últimos anos. E as quatro áreas somam menos de 7% da área total em que, calcula-se, esteja localizado o petróleo da camada pré-sal.

A posição das petroleiras pode ser resumida em três pontos:

1. Elas não querem a Petrobras como única operadora dos novos campos. De modo geral, quem ganha os direitos de um campo de petróleo, seja por concessão ou partilha, escolhe a operadora que fará a exploração e a produção. Mas o governo, que manteve o regime de concessões e acrescentou à legislação o da partilha, optou pela Arábia Saudita, em que não há nem um, nem outro regime ▶

em que a estatal, Aramco, é a única operadora. A escolha da Petrobras como operadora tem a ver, é claro, com a necessidade de elevar o conteúdo nacional da operação de exploração e de produção de petróleo no País. As petroleiras internacionais não têm esse compromisso.

2. Elas lutam pela manutenção das concessões porque querem continuar na posse do petróleo. Nas concessões, o óleo descoberto é do concessionário, que o vende como, quando, onde e a quem quiser. Na partilha, não: o óleo é do governo; produzido, ele é levado, na área licitada, a um ponto determinado em contrato, onde é feita a partilha.

3. As petroleiras querem celebrar o mais rapidamente possível contratos que lhes assegurem direitos sobre reservas de petróleo, uma vez que as suas estão se esgotando. Elas lutam pela sobrevivência: as reservas mundiais estão nas mãos de empresas nacionais, que já foram donas de quase tudo e concentram hoje apenas 7% do total.

O que de melhor está contido nos projetos de lei do governo é a possibilidade de controle do ritmo de produção e comercialização do petróleo fabricado no País. Esse controle existia na lei 2.004 (1953), de Getúlio Vargas, revogada pela lei 9.478 (1997), de Fernando Henrique Cardoso, ainda vigente. Pela lei atual, o concessionário

da área de exploração pode vender o petróleo do pré-sal no exterior, diretamente, sem nem mesmo trazê-lo inicialmente para o País, visto que certos poços estão a 300 km da costa.

O pior aspecto dos projetos encaminhados pelo governo ao Congresso, como diz Sauer, é a ambiguidade. Nos aludidos projetos, a Petrobras pode ser: (i) a comercializadora do petróleo, (ii) contratada para fazer a exploração prévia das áreas a serem licitadas e (iii) responsável pela exploração e produção sem licitação. Mas quem decidirá se ela efetivamente fará tudo isso?

O palácio decidirá, diz Sauer. Uma empresa nova, a Petro-Sal, com direção apontada pelo ministro de Minas e Energia, indicará os gestores dos novos contratos. Sauer tem trauma com experiências desse tipo. No setor de energia elétrica, com o qual inicialmente colaborou, ele descobriu, depois de um tempo, um sistema de contratos perfeitamente válidos, mas “imorais”, segundo a qualificação de muitos, que levaram cerca de 10 bilhões de dólares das estatais e dos programas do governo para os cofres de um punhado de grandes empresas.

O problema, no fundo, é que o palácio do presidente Lula infelizmente não tem uma posição popular sobre a questão nacional. Ele parece

encantado com os grandes empresários supostamente nacionais. E, de fato, não distingue, por exemplo, empresa nacional de estrangeira. Essa distinção, que existia na Constituição de 1988, separava na categoria “empresa brasileira” o grupo especial da “empresa brasileira de capital nacional” e apontava diversas situações nas quais a lei poderia conceder favorecimento às “de capital nacional”. Era, inclusive, reservada a elas a exploração de recursos do subsolo. FHC mudou a definição, criando a “empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País”, e passou a considerar que todas as empresas instaladas aqui eram igualmente brasileiras, sendo que não deveria haver favorecimento para nenhuma.

O governo Lula não mexeu em nada disso. Também não desfez as privatizações realizadas. Pior: aprofundou a liberdade de movimentação do capital estrangeiro pelas fronteiras do País. Permitiu também que se ampliasse a entrada de capitais não para investimento efetivamente produtivo, mas para a desnacionalização, compra de ativos já existentes e especulação. O resultado foi a disparada da remessa de lucros e dividendos. Ela havia se elevado de cerca de 2 bilhões a 3 bilhões de dólares por ano para 5 bilhões de dólares no governo FHC. No ano passado, chegou a inacreditáveis 33 bilhões de dólares.

Esse número deve ser comparado com outro, bem sugestivo: o da expectativa de arrecadação das três esferas de governo com a produção e exportação dos cerca de 20 bilhões de barris de petróleo da camada pré-sal localizados pela Petrobras nos quatro campos já avaliados, supondo os custos de exploração e de produção em 50% e aplicando o novo regime de partilha, que destina 90% da renda petroleira para os cofres públicos.

A 60 dólares por barril, teríamos 1,2 trilhão de dólares. Retirados os custos, sobriam cerca de 600 bilhões de dólares, dos quais caberiam 540 bilhões aos governos. Se a exportação fosse feita em 30 anos, seriam 18 bilhões de dólares ao ano, cerca da metade dos lucros remetidos hoje pelo capital estrangeiro instalado no País. ■

Sauer: é o palácio que vai decidir como a Petrobras vai atuar

Yuri Martins





Sérgio Lima/Folha Imagem

NO CRAVO. E NA FERRADURA

O governo faz acordo com o Vaticano e apoia projeto de lei de iniciativa dos evangélicos. Tenta, assim, garantir boas relações com as principais religiões

por **Rafael Hernandes**

DESDE o ano passado, o Brasil passa por um processo de discussão acerca da relação entre Estado e religião. Tudo começou em novembro, quando o governo federal assinou um acordo com a Santa Sé, que representa a Igreja Católica, tratando das relações entre as duas partes. O acordo engloba desde questões diplomáticas até itens como a preservação de patrimônio histórico, ensino religioso nas escolas públicas e isenção fiscal. A iniciativa partiu do Vaticano, com o intuito, segundo a Igreja Católica, de regulamentar tais assuntos.

Para o advogado George Niaradi, que preside a Comissão de Comércio Exterior e Relações Internacionais da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, o acerto tem conteúdo muito similar ao firmado com países de forte tradição católica, como Espanha, Portugal e Itália, e até mesmo os EUA, de maioria protestante. De acordo com ele, não contém problemas, ao menos na questão legal. “[O acordo] não ofende qualquer dispositivo da nossa Constituição e de legislação específica do trabalho, de direitos humanos ou relacionado à religião,

à laicidade do Estado brasileiro, à educação, ao patrimônio histórico.”

Este ano, no entanto, quando chegou ao Congresso, transformado em Decreto Legislativo, formato necessário para a aprovação de acordos internacionais, despertou a desconfiança de muitos parlamentares, especialmente os da chamada “bancada evangélica”. “A Igreja Católica tem muita força no Congresso e toda a tramitação ocorre de forma quase secreta”, disse à época o deputado e pastor Pedro Ribeiro (PMDB-GO), da Assembleia de Deus. Os parlamentares argumentavam que o acordo feria o artigo 19 da Constituição Federal, segundo o qual é vedado a União, estados, Distrito Federal e municípios fazer qualquer tipo de aliança com igrejas ou seus representantes.

A solução encontrada — ou melhor: negociada — foi a elaboração de um projeto de lei para estender a medida às demais religiões. Daí nasceu o PL nº 5598, do deputado George Hilton (PP-MG), que ficou conhecido como Lei Geral das Religiões. Exceto por algumas poucas linhas, o documento é basicamente igual ao acordo celebrado com o Vaticano, prevendo o ▶

mesmo tipo de relação entre Estado e igreja. Ambos foram aprovados na Câmara dos Deputados no fim de agosto e seguiram para votação no Senado.

Hilton diz que o projeto surgiu da necessidade criada pelo fato de o País “não possuir qualquer relação com qualquer instituição religiosa” que dê tratamento igual a todas elas. Quanto ao conteúdo, diz ele, seria a regulamentação do que está previsto na Constituição, mas ainda sem legislação específica a respeito. No artigo 5º da Carta Magna, exemplifica Hilton, o texto refere-se à “garantia aos cultos, à proteção a suas liturgias”. E prevê que isso se dará “na forma da lei”. O problema, diz ele, é que até agora não havia lei.

ENSINO CONFSSIONAL

Vários itens dos documentos causaram polêmica, a começar pelo artigo que versa sobre o ensino religioso nas escolas públicas. A despeito de manter o texto constitucional no tocante ao tom facultativo da matéria, foi motivo de reclamação a citação nominal do “ensino católico e outras religiões” no texto acordado com a Santa Sé. As alegações são de que isso

fere a laicidade do Estado brasileiro, além de poder levar ao direcionamento do tipo de ensino a ser dado.

Os textos favorecem “uma interpretação de um ensino confessional, que é o ensino religioso dividido por credos”, diz o professor Emerson Giumbelli, docente da pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), referindo-se ao ensino em que o aluno (ou seu responsável) tem de declarar sua religião e tem aulas específicas sobre o credo declarado. Segundo ele, atualmente apenas três estados – Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo – utilizam essa metodologia. A maioria prefere o método interconfessional – em que são considerados os aspectos comuns às diferentes igrejas ou confissões e respeitadas as especificidades de cada uma – ou o supraconfessional – em que não há proselitismo religioso ou manifestação em desacordo com o direito individual de

Textos legais reafirmam a imunidade dos cultos quanto a impostos sobre patrimônio e renda

possuir um credo ou nenhum e baseia-se em valores humanos universais presentes em todas as tradições religiosas.

Os textos também tratam das questões trabalhista e fiscal. Está na Lei Geral que o vínculo entre religiosos (padres, pastores etc.) e as instituições religiosas “é de caráter religioso e não gera, por si mesmo, vínculo empregatício, a não ser que seja provado o desvirtuamento da finalidade religiosa”. No acordo, a redação é similar. Ou seja, um religioso que exerça funções exclusivamente de matéria espiritual não possui vínculo trabalhista algum com a entidade, a não ser que haja acordo prévio entre as partes que diga o contrário. Segundo Niaradi, a medida consolida entendimento que prevalece atualmente no Poder Judiciário, de que essas pessoas exercem um ofício espiritual e por iniciativa própria.

Consta também dos documentos uma reafirmação quanto à imunidade tributária de qualquer culto quanto aos impostos

sobre patrimônio, renda e serviços, desde que relacionada com a atividade-fim da igreja. Abre-se a possibilidade para que instituições que mantenham atividades de assistência e solidariedade social ou atividades sociais e educativas sem fins lucrativos possam usufruir todas as isenções e imunidades que existem ou venham a existir na legislação para entidades com esses fins. Hilton nega as suspeitas de que isso facilitaria fraudes e que falsas instituições consigam isenção fiscal. Ele diz que as exigências e a fiscalização impedem esse tipo de irregularidades e que, caso haja desvirtuamento de funções, não há isenção.

MERCADO DA FÉ

Parlamentares e especialistas questionam os documentos. “A lei é uma cópia do acordo e tem, por isso, as mesmas falhas. Eu acho que a Lei Geral não é melhor do que o acordo, apesar de ser genérica [abranger todas as religiões]”, diz Giumbelli. Para o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), “foi a aprovação da lei das compensações no mercado da fé”.

A iniciativa pode ser vista também de forma mais ampla, para além de sua especificidade religiosa. Nesse sentido, seria uma tentativa do governo federal de se aproximar das entidades religiosas, visível pela facilidade com que tramitaram no Congresso, com passagem direta pelas comissões setoriais da Câmara, votação em caráter de urgência e aprovação em plenário por votação simbólica.

Uma imagem que ilustra bem essa possibilidade é o evento ocorrido no início de setembro para a celebração da sanção de um projeto de lei que criou o “Dia Nacional da Marcha para Jesus”, que contou com as ilustres presenças do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), da ministra-chefe da Casa Civil e provável candidata do governo nas próximas eleições presidenciais, Dilma Rousseff, além do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (imagem na pág. anterior). Como aspecto pitoresco, a solenidade foi marcada por uma oração pela saúde da ministra, em recuperação de um câncer linfático, comandada pelos bispos Estevam e Sônia Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo. O casal havia retornado dos EUA semanas antes, onde cumprira um período de dois anos e seis meses de prisão e liberdade condicional, após ser detido e julgado culpado pela acusação de tentar ingressar naquele país com um volume não desprezível de dólares não declarados. ■

Hilton: uma lei para cumprir a Constituição



Divulgação

Rio de Janeiro

VITÓRIA DO BATIDÃO

Leis corrigem a injustiça cometida com o *funk* ao proibir qualquer discriminação contra essa manifestação cultural que contagia milhões

por Lia Imanishi

O 1º DE SETEMBRO transformou-se numa data histórica para os amantes do batidão do funk. Foi quando cerca de 700 funkeiros lotaram as galerias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para acompanhar a votação de dois projetos de lei que acabaram aprovados por unanimidade pelos 70 parlamentares.

Um desses projetos, apresentado pelos deputados Marcelo Freixo (PSOL) e Wagner Montes (PDT), estabelece que o *funk* é um patrimônio cultural e musical de caráter popular do estado. A lei estabelece que as decisões sobre o ritmo sejam de competência de órgãos ligados à cultura e proíbe qualquer tipo de preconceito ou discriminação de natureza social, racial, cultural ou administrativa contra o *funk* ou seus integrantes.

O outro, apresentado por Paulo Melo (PMDB) e também por Freixo, revoga lei de autoria do ex-policia civil e ex-deputado cassado Álvaro Lins, que fora aprovada com apenas um voto ►

contrário em junho do ano passado. Essa lei praticamente inviabilizou os bailes *funk* realizados em clubes e comunidades, ao estabelecer regras muito mais rígidas para esses eventos do que as que vigoram para quaisquer outros. Essas regras também enquadravam festas raves e exigiam que o produtor enviasse à Secretaria de Segurança Pública, com 30 dias de antecedência, um documento definindo detalhes da organização dos eventos, que iam da expectativa de público, monitoramento por câmeras, passando pelos horários de início e fim, à contratação de um banheiro químico para cada 50 pessoas. Bailes de escolas de samba, por exemplo, não precisam de nada disso.

Como uma lei que obteve aprovação quase unânime pôde ser derrubada um ano depois em situação completamente inversa? “Os projetos foram escritos pelo movimento [do *funk*]”, disse Freixo durante a votação dos textos. “O mérito é deles [*funkeiros*], que percorreram gabinetes e possibilitaram essa votação histórica.”

Na verdade, quem imaginou os projetos de lei e percorreu os gabinetes foi um único *funkeiro*, Leonardo Pereira Mota, que atende pelo nome de MC Leonardo, 34 anos, que faz *funk* há 17. Filho do forrozeiro Chico Mota, que tocou com Jackson do Pandeiro, é nascido e criado na favela da Rocinha. Foi

“A segregação é tão suja que é difícil achar o inimigo. Ninguém diz que é contra o *funk*”

vendedor de picolé e de tapioca na praia, *office boy* e taxista. Só estudou até a quinta série, mas hoje assina uma coluna na revista *Caros Amigos* e deu palestras sobre o *funk* em várias universidades.

“RAP DAS ARMAS”

“Para quem só foi tomar iogurte com 15 anos, cheguei bem longe”, disse ele a *Retrato do Brasil* no início de outubro. O MC ganhou visibilidade quando o “Rap das armas”, que escreveu com o irmão, Júnior, entrou para a trilha sonora do filme *Tropa de Elite*. Hoje, Mota se dedica a promover “rodas de *funk*”, eventos em que a “velha-guarda” do gênero (que vem desde a década de 1970, quando os bailes começaram por lá) se reúne com MCs (cantores e compositores) mais jovens, para cantar, à maneira dos repentistas, as alegrias e desventuras da vida na favela.

Mota conta que não foi fácil achar partidários para a defesa da lei. “Eu dizia para as pessoas que a gente precisava se organizar numa associação para brigar pela lei, mostrar que a união faz a força, mas os profissionais do *funk* não têm essa visão sindical.” Mesmo assim, ele reuniu 40 “militantes engajados do *funk*” e criou, no ano passado, na mesma época da aprovação da lei de Álvaro Lins, a Associação dos Profissionais e Amigos do Funk, a Apafunk. Essencial nessa história, diz ele, foi a antropóloga Adriana Facina, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora. Ela está escrevendo um livro para o qual já entrevistou mais de cem *funkeiros*, indo à casa de cada um deles durante vários dias. “Ela me perguntou se eu estava mesmo disposto a ir atrás de tudo aquilo que eu estava falando. Disse que sim e ela me apresentou algumas pessoas, que me ajudaram na elaboração do projeto.”

Entre essas pessoas, havia gente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro), do Sindicato dos Contábeis (Sindicont) e o deputado Freixo. “Bati à porta dos 70 gabinetes. Uns me deram dez minutos, outros duas horas, outros se mostraram favoráveis ao *funk* antes mesmo de eu falar. A perseguição contra o *funk* é tão suja que é difícil achar quem é o inimigo. Ninguém quer dizer que é contra o *funk* porque, do favelado ao *playboy*, todo mundo frequenta os bailes. A favela não é Marte, sabe. Tem que aproximar essa gente.”

Desde que sua lei foi aprovada, MC já recebeu convites de seis partidos para candidatar-se. Recusou todos. “Eu quero mais é aproveitar para tornar a Apafunk mais forte, mostrar para os *funkeiros* que a gente pode se politizar sem se partidizar.” Mota diz que as leis são necessárias para acabar com a proibição de tocar *funk* nos clubes do estado, a qual data dos anos 1990, quando jovens favelados de Vigário Geral desceram para as praias da zona sul e encenaram embates entre galeras rivais. Esses embates foram midiaticizados como assaltos de *funkeiros* favelados, e os bailes foram proibidos no “asfalto”.

Os bailes subiram os morros e continuaram nas favelas, onde uma ínfima parte da população, por falta de oportunidades mais rentáveis, dedica-se ao comércio varejista de drogas ilícitas. Confundindo vendedores de drogas com *funkeiros*, a polícia atrapalha os bailes, quebrando

Mota: o MC mobilizou os funkeiros e pressionou os deputados a aprovar as leis



CDs e equipamentos de som. “O *funk* é criminalizado mesmo sem fazer apologia ao crime, sem falar putaria. É discriminado porque é som de preto e tem classe, que não é a dominante. A imprensa fala assim: ‘Jovem foi presa com cinco quilos de cocaína na favela do Salgueiro, lugar onde tem baile *funk*’. Outra manchete: ‘Polícia é agredida em baile *funk* na Cidade de Deus’. Nós soubemos pelos camaradas que moram lá que a polícia foi agredida a um quilômetro de distância do baile. A mídia compra a versão da polícia porque *funk* vende jornal.”

SEXUALIDADE EM DISCUSSÃO

O MC rebate aqueles que dizem que o funk é pornográfico ou faz apologia ao crime. “O mundo está erotizado, o *funk* está discutindo sexualidade dentro das favelas de uma maneira que nunca ninguém discutiu. Quando os moleques da favela cantam o que estão vendo e sentindo, mesmo que seja sobre o movimento do comércio varejista de drogas, eles têm esse direito. Não podem ser incluídos no rol daqueles irresponsáveis que vão tacar fogo na cidade. Não pode ser só o William Bonner e a Fátima Bernardes que dão a notícia do que acontece na favela.”

Adriana Facina diz que a perseguição contra o *funk* é um capítulo de uma história mais antiga de criminalização da cultura negra no Brasil. “A perseguição aos batuques que vinham das senzalas, à capoeira, ao maxixe, ao samba, entre outros, fez parte da formação da nossa sociedade, profundamente opressiva com os debaixo. Um exemplo importante dessa perseguição ocorreu quando Pixinguinha e os Oito Batutas, grupo de músicos jovens e de maioria negra, foram convidados a tocar na França, em 1922.” Ela cita o articulista de um jornal da época que deplorava o fato de que fosse mostrado nos boulevards de Paris um Brasil “pernóstico, negroide e ridículo”.

“Nos dias de hoje”, diz Adriana, “proibir o baile *funk* é segregar ou tornar invisível essa experiência do que é ser jovem e favelado em nosso contexto urbano. Isso nos impede de entender e transformar os problemas sociais que geraram essa situação. Criminalizar essa cultura é criminalizar os pobres”.

Ela rebate o mito, sustentado pela polícia e pela imprensa, de que os bailes *funk* provocam violência. “Jogos no Maracanã provocam o aumento de ocorrências policiais em seu entorno e nem por isso se



Sergio Bondioni

Adriana: o funk levou os jovens a descobrir possibilidades na carreira musical

tornaram proibidos. Do mesmo modo, micaretas, o Réveillon de Copacabana, festas em boates, chopadas e por aí vai.”

Adriana lembra que, por meio do funk, milhões de jovens descobrem a possibilidade de investir na carreira musical. “Eles criam expectativas em meio ao deserto de expectativas que são as suas vidas. Ganham autoestima; isso quando boa parte da sociedade olha para eles como ameaça ou como lixo. A criminalização do *funk*

A perseguição ao *funk* é um capítulo de uma velha história de criminalização da cultura negra no Brasil

impossibilita isso e reforça identidades negativas que reservam ao futuro desses jovens a cadeia, a morte ou a infelicidade de uma vida de trabalho escravizante e desprovido de significado.”

Pelas contas da Apafunk, o *funk* emprega diretamente cerca de 10 mil pessoas no estado do Rio, entre MCs, DJs (que mixam a música eletrônica, usando ritmos

estadunidenses, como *soul*, *jazz* e *Miami bass*, e ritmos brasileiros, como os batuques do candomblé, do samba e o forró), produtores, dançarinos, empresários, técnicos de som, seguranças, motoristas e outros que trabalham para garantir a alegria de aproximadamente 3 milhões de pessoas que frequentam bailes *funk* no estado.

14 MARACANÃS POR MÊS

No ano passado, uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, coordenada por Elizete Inácio, calculou que o *funk* movimenta mais de 10 milhões de reais por mês no Rio de Janeiro. Os pesquisadores ouviram 114 dos 164 MCs atuantes na Região Metropolitana do Rio. Descobrimos que eles ganham, em média, 5 mil reais por mês apenas no *funk*. Os DJs recebem um pouco menos, em média, 3,6 mil reais.

É importante frisar que esses valores são a média – enquanto aquele que canta um *funk* mais comercial e erotizado, como o “Rap do créu”, pode ganhar 15 mil reais por mês, aquele que tem uma proposta mais engajada pode ser desprezado pelos maiores produtores e ganhar menos de mil.

A pesquisa mostra que os bailes *funk* são a atividade de cultura e lazer que mais atrai os jovens no estado. São 1,2 milhão de pagantes por mês – quase 14,5 Maracanãs lotados. Essa multidão deixa 7 milhões de reais nas bilheterias dos quase 900 bailes pagos promovidos mensalmente no estado. ■



▼ as vendas
caíram.
e agora?

SEBRAE agora.

0800 570 0800

Se o seu negócio está passando por uma fase difícil, procure o Sebrae. Lá você encontra consultorias, cursos e orientação empresarial que o ajudam a tocar melhor a sua empresa. Você vai conhecer novas formas de administrar, vender mais e planejar melhor. Ligue 0800 570 0800, acesse www.sebrae.com.br ou vá ao Sebrae mais próximo.

SEBRAE

*Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas*

Sebrae. Quem tem conhecimento vai pra frente.

▲ as vendas
subiram.
e agora?

SEBRAE agora.

0800 570 0800

Se o seu negócio está crescendo, procure o Sebrae. Lá você encontra consultorias, cursos e orientação empresarial que o ajudam a tocar ainda melhor a sua empresa. Você vai fazer mais negócios, gerenciar os estoques e até mesmo exportar. Ligue 0800 570 0800, acesse www.sebrae.com.br ou vá ao Sebrae mais próximo.

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas

Sebrae. Quem tem conhecimento vai pra frente.

PARECE, MAS NÃO É

As propostas do governo para o novo marco regulatório recolocam a Petrobras no comando do processo de exploração, produção e venda do petróleo no País. Só aparentemente, no entanto

por *Ildo Sauer*

1. Em 2002, quando Lula foi eleito, já havia a proposta de o Estado se apropriar da maior parte da renda do petróleo

Vamos começar por uma recapitulação do que era a proposta do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o setor de energia. Antes da eleição de 2002, houve um enorme debate no País sobre as formas de apropriação da energia pela sociedade.

Havia, basicamente, dois pontos de vista, antagônicos. Um procurava enquadrar essa apropriação dentro do plano mais amplo de ideias liberais, que implicava a reestruturação da produção sob hegemonia do capital financeiro. No Brasil, a reorganização liberal começou tardiamente, no governo de Fernando Collor de Mello, e se desenvolveu mais amplamente com Fernando Henrique Cardoso.

Nos serviços públicos, a reorganização consistiu na privatização de vários setores, como o das telecomunicações, e parcialmente o elétrico. E, no petróleo, levou à venda de grande parte das ações da Petrobras e à tentativa de mudar seu nome para Petrobrax, a fim de, supostamente, facilitar sua internacionalização. Foram criadas as agências de regulação desses serviços – ANP, do petróleo e do gás natural; Aneel, do setor elétrico; e Anatel, das telecomunicações – para garantir a rentabilidade dos investimentos e atrair o capital internacional.

O ponto de vista oposto é o de que era essencial o controle social dos serviços públicos – de saneamento, de telecomunicações, de energia elétrica, de transportes – definidores do modo de vida urbana que emergiu da Segunda Revolução Industrial.

Nesse campo, havia, resumidamente, duas correntes. Uma, a que pregava a volta ao esquema de subsídios, das tarifas sociais, para manter esses serviços a preços baixos e reduzir o custo de reprodução da força de trabalho. A outra, de certo modo, reconhecia a necessidade de aceitar regras de mercado que estavam colocadas. Buscava, no entanto, se apropriar de parte da renda dos serviços considerados “monopólios naturais” e daqueles que utilizam recursos naturais que permitem muito mais produtividade do trabalho humano incorporado, especialmente os potenciais hidráulicos e as jazidas de petróleo.

Esse último ponto de vista foi o que, afinal, prevaleceu. Decidiu-se aproveitar as chamadas rendas hidráulica e petrolífera, por exemplo, para criar os alicerces de uma mudança no modelo liberal. O que se propunha era que as empresas vendessem energia por um preço apenas um pouco abaixo do valor de mercado e a diferença entre esse preço e o custo muito baixo da geração fosse apropriada por um fundo social.

Na área do petróleo, a ideia era mudar o sistema de concessão de licenças para exploração, do governo FHC, e introduzir um mecanismo para que o Estado se apropriasse de maior parte da renda petrolífera, mediante contratos de partilha da produção, definida na licitação, tendo a Petrobras como investidor principal.

A ANP e o presidente da República foram avisados. Mesmo assim, o leilão só foi suspenso na última hora

2. O governo passou cinco anos ignorando os protestos que exigiam mudanças no modelo construído pelos liberais

Desde o início, as mudanças formuladas no interior do núcleo que articulou a base das propostas para o setor de energia do governo Lula foram ignoradas. Isso ocorreu com a energia elétrica e com o petróleo. Nesse último caso, manteve-se intacto o modelo das concessões, apesar de amplos protestos. Políticos, juristas, profissionais da Petrobras e sindicalistas protestaram contra todas as rodadas de licitação de blocos de petróleo promovidas pela ANP no governo Lula, da quinta à décima. O viés anti-Petrobras já estava claro: a razão da suspensão da oitava rodada foi o fato de a Justiça ter aceitado que havia uma cláusula discriminatória contra a empresa na licitação.

Vários setores do próprio governo lutavam pela manutenção das regras liberais, mesmo diante de várias descobertas feitas na camada pré-sal. A primeira se deu no bloco de Parati, em 2005. E o primeiro poço com resultados espetaculares foi o 1-RJS-628A, de Tupi. Estranhamente, porém, foram mantidos os 11 blocos do chamado “arco de Cabo Frio”, arrematados pela OGX, que recrutara a equipe de exploração da Petrobras, sem reação por parte do governo.

A perfuração começou em setembro de 2005. Quando a camada pós-sal foi atingida, em outubro, não se encontrou petróleo. A direção da Petrobras, no entanto, decidiu aprofundar a perfuração, para testar os modelos geológicos que vinham sendo construídos há muitos anos e que apontavam a possibilidade de haver muito petróleo mais abaixo, na camada pré-sal.

Isso ocorreu em maio de 2006. Um mês depois, deu-se a grande descoberta. Mas era ainda apenas um poço. A partir de maio de 2007, começou a perfuração do poço 3-RJS-646, uma extensão do 1-RJS-628A, com o qual se procurava medir a amplitude da jazida. No começo de agosto, foi confirmado seu enorme potencial, avaliado depois entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris de óleo leve, equivalente a um ou mesmo dois terços de todas as reservas brasileiras.

A ANP foi avisada em todos os casos, como é obrigatório, por lei. O próprio presidente da República tomou conhecimento do fato pelo presidente da Petrobras e pelo diretor de Exploração e Produção da companhia, que estiveram com ele. O jornalista Ancelmo Gois, de *O Globo*, noticiou o fato em sua coluna.

A ANP, no entanto, levou adiante o projeto de realizar, em novembro de 2007, a nona rodada: os blocos foram escolhidos e anunciados, e o leilão, mantido até as vésperas de sua realização. Foi aí que, finalmente, o presidente Lula reuniu o Conselho Nacional de Política Energética e foram retirados da licitação os 41 blocos em torno de Tupi. Posteriormente, foi formada a comissão para estudar a mudança do marco regulatório.

Os ataques à Petrobras por integrantes do núcleo central do governo, entretanto, foram mantidos até recentemente. A Petrobras é uma caixa-preta, disseram. Defende os interesses dos petroleiros, e não do País. E assim por diante. ▶

3. O petróleo manterá um enorme valor enquanto persistirem as características básicas do atual modelo

Está em curso um processo de transição energética, provocado pela discussão das mudanças climáticas e também pela perspectiva de exaustão das reservas de petróleo. Apesar disso, a persistência do modelo de desenvolvimento urbano-industrial surgido das revoluções industriais conduz à conclusão de que o papel do petróleo é ainda extraordinário como fonte de rendas.

A importância política da intervenção estatal como forma de se apropriar de parte da renda extra criada pelo petróleo é relativamente recente. Claro, a intervenção estatal na economia é mais antiga, deu-se amplamente com a Revolução Socialista de 1917. Mas, especificamente, no caso do petróleo, surgiu em 1938, no México, com a criação da estatal Pemex. A criação da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em 1960, é outro passo na compreensão política do problema da apropriação da renda petroleira. E, com os choques de preços dos anos 1973 e 1979, esse papel especial do petróleo se tornou ainda mais evidente.

Em função desse papel, nenhum recurso energético natural contribui mais que ele para fazer a roda do consumo girar. E o consumo, por sua vez, move a produção. E esta faz a máquina de geração de excedente funcionar cada vez mais rapidamente.

Para que outras formas de energia desempenhem esse mesmo papel, é preciso melhorar as condições técnicas de sua apropriação, requerendo menos capital e trabalho. Os economistas ecológicos falam da necessidade de mudança desse paradigma. Isso é necessário e é possível. Mas levará tempo. Não há, no entanto, por ora, nenhuma força política capaz de acelerar essa passagem.

É preciso aceitar que o petróleo manterá seu elevado valor por um longo tempo, três ou quatro décadas, no mínimo. Os excedentes gerados com o uso do petróleo podem financiar a transição energética. Quem controlar a apropriação de qualquer parte importante do uso desse recurso natural controlará parte do poder. Onde está esse petróleo remanescente? Em três fronteiras: na Ásia Central, na África (em países como

Nigéria e Sudão) e na camada pré-sal brasileira.

Isso dá uma ideia do que está em jogo. Ao mesmo tempo, a necessidade de mudança do paradigma de produção e consumo existente e a própria transição energética que se torna necessário comandar colocam sobre a mesa os elementos que faltam para caracterizar o problema a ser solucionado, para definir os termos a serem considerados na formulação de uma proposta.

O País ainda não tem a dimensão exata das reservas de petróleo da camada pré-sal. Não se conhece a extensão e o processo de formação do sal e do petróleo subjacente a essa formação, que tem mais de 100 milhões de anos. É possível que a área com potencial se estenda além do Espírito Santo, que chegou a Sergipe, por exemplo.

O petróleo segue sendo de grande valor. Sua extração e conversão em moeda pode não ser a medida mais inteligente

4. É preciso eliminar a especulação, medir a reserva e explorá-la de acordo com um plano de desenvolvimento

Não se pode definir um plano de exploração para o petróleo da camada pré-sal sem conhecer direito essa reserva. O total do consumo mundial de petróleo é de cerca de 85 milhões de barris por dia, dos quais a Arábia Saudita vende cerca de 10 milhões de barris e os EUA consomem cerca de 22 milhões de barris. Suponhamos que o Brasil tenha mais de 100 bilhões de barris na camada pré-sal. Se decidir exportar essa reserva em 30 anos, o Brasil poderá colocar no mercado cerca de 10 milhões de barris diariamente, mais ou menos como a Arábia Saudita faz hoje.

Os sauditas, no entanto, não foram ao mercado sozinhos nem deixaram o

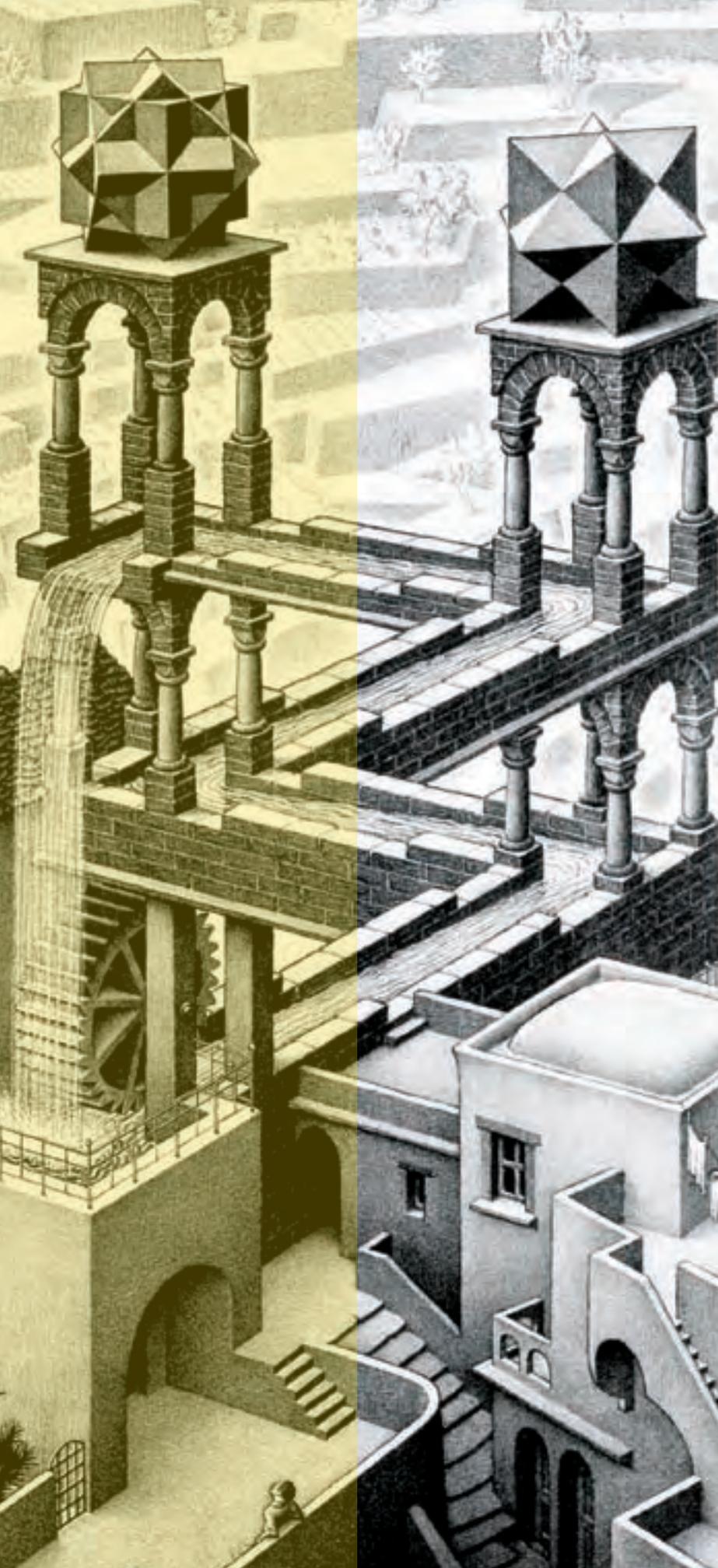
mercado decidir por eles. Ajudaram a formar a Opep, porque a entrada de um grande ator no mercado mundial de petróleo tem consequência sobre os preços. A entrada de grande volume, acima de 2 milhões de barris diários, deve se dar de forma coordenada sob pena de degradar os preços e extração de renda.

As petroleiras calculam que, no médio prazo, o preço do barril de petróleo se manterá em algo entre 60 e 80 dólares o barril. Acima dessa faixa, algumas outras fontes de energia se viabilizam. Abaixo desse preço, só são viáveis fontes especiais, como o etanol brasileiro, que teve um grande investimento estatal ao longo de vários anos. Mesmo assim, o nosso etanol tem limites, sendo o principal deles o fator terra, que é disputada com a produção de alimentos.

Antes da crise financeira, o preço do petróleo disparou e parecia que tinha chegado a vez dos biocombustíveis. Com a crise, eles pareciam ameaçados, visto que o preço do petróleo seria jogado para baixo. Ele, entretanto, já está de novo mais ou menos na faixa prevista pelas petroleiras.

Isso confirma a tese de que o petróleo continua sendo de grande valor e reforça também a hipótese de que a retirada do petróleo do subsolo e sua conversão em moeda, qualquer que seja ela – dólar ou yuan –, pode não ser inteligente. Hoje, por exemplo, se esse dinheiro obtido com a exploração do petróleo ficasse aplicado, como faz o governo brasileiro com nossas reservas, seria mau negócio. O dólar é comprado com títulos da dívida pública. Estes são remunerados com base na Selic, a taxa básica de juros, a 8,5% ao ano, para não provocar inflação interna. Os dólares são aplicados no exterior, em títulos do Tesouro dos EUA, remunerados a uma taxa menor que 4% ao ano.

Os dólares também poderiam ter outras aplicações. O fundo soberano que se pretende constituir com um dos projetos de lei encaminhados pelo governo ao Congresso no início de setembro poderia, por exemplo, comprar grande parte das ações da Petrobras que estão hoje sob controle estrangeiro. Mas, agora, quando o marco regulatório do petróleo está sendo alterado, esse também não é um bom negócio: depois da mudança, provavelmente, o preço das ações da companhia valerá menos. O quadro energético mundial indica que é muito



grande a probabilidade de o petróleo, com reserva assegurada sob o solo, se valorizar mais do que qualquer outra aplicação. Portanto, é melhor quantificá-lo e retirá-lo somente na medida requerida para financiar o plano nacional de desenvolvimento econômico e social.

A valorização das ações da Petrobras depende, sem dúvida, da evolução de sua capacidade de produção, de sua taxa de novas descobertas e de sua capacidade de converter esses fatores em lucros futuros. Mas depende, fundamentalmente, de quão obediente a Petrobras é às regras do mercado financeiro e de quão fiel à ortodoxia financeira o governo brasileiro vai permanecer. Não tenhamos dúvida: o capital financeiro aí está, em busca de aplicações rentáveis. Quer que o governo se comporte dentro de suas regras. Para fugir dessa sina, o País tem de ter um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, um plano.

Esse projeto deve incluir a educação, evidentemente. Existem planos específicos nessa área, mas não na dimensão necessária. Deve incluir também a saúde, inclusive em seus aspectos preventivos, vinculados ao saneamento. Nessa área, temos o SUS, um projeto de referência que aponta para onde se deve ir, mas não tem recursos para chegar lá.

O modelo agrícola brasileiro também precisa ser repensado. O agronegócio não é o sucesso – em termos de um desenvolvimento amplo da economia nacional – que alguns afirmam que é. Precisariamos incorporar melhor a grande massa de população que ainda vive no campo e planejar melhor a ocupação do território brasileiro, ainda com vastidões inexploradas ou mal exploradas, e deprimidas, como é o caso da Amazônia.

O projeto nacional deve tratar de nossa infraestrutura, especialmente a de circulação, dentro do espaço urbano e entre os espaços econômicos e geográficos do País. O sistema existente é o pior possível: muito intensivo em uso de energia, poluente e ineficaz. Precisamos mudá-lo para valorizar o transporte ferroviário, o fluvial, a navegação de cabotagem, o transporte urbano metroviário.

Contraditoriamente, no entanto, a enorme importância do petróleo no modelo atual sugere que ele pode servir de âncora para a transição para outro modelo de uso da energia, que ajude a criar uma base produtiva nova e um novo modelo de desenvolvimento, alicerçado, ►

por exemplo, em energias renováveis e não poluentes, como a fotossíntese, as energias eólicas e a fotovoltaica. Essas são formas naturais, cuja apropriação social exige enormes investimentos em gestão e tecnologia, para que se tornem, a médio prazo, capazes de, com semelhante intensidade de capital – trabalho morto – e de trabalho vivo, permitir o que o petróleo permite hoje: a elevada produtividade. A modernização tecnocientífica do País, que é outra das grandes prioridades desse plano, não deve ocorrer somente no campo da energia, mas em todas as áreas.

Um plano nacional de desenvolvimento econômico e social exige um grande esforço. O País não está preparado para tal, no entanto. Hoje, nosso Ministério do Planejamento não passa de um órgão de implementação e fiscalização do orçamento. O ministério que deveria ser encarregado do plano de longo prazo, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, parece mais uma construção poética. O governo não tem um plano estratégico.

5. O governo acolheu sugestões que melhoram o modelo, mas deixou tudo em aberto

Nos quatro projetos de lei enviados ao Congresso, o governo, basicamente, concedeu ao Executivo, especialmente ao presidente da República e a alguns segmentos dependentes da Presidência, o poder de arbitrar o acesso à exploração do petróleo da camada pré-sal. Como tem sido regra neste governo – como ocorreu no setor das telecomunicações, das empreiteiras de atuação internacional amparadas pelo BNDES, como foi no setor elétrico –, o Executivo se erigiu no mediador e definidor de quais são os grupos econômicos vencedores nos diversos setores. Um indício: por que quatro projetos de lei e não apenas um? Para dividir o foco do problema e ressaltar o papel do coordenador central, que é o Executivo.

O primeiro projeto é o que estabelece o regime de partilha. Esse tipo de regime era relevante em 2002. Hoje, não é mais. No regime de concessão, o petróleo ficava com o concessionário. No regime de partilha, 80%, digamos, ficará com o governo. Mas, num e noutro sistema, leiloam-se as áreas a

serem exploradas porque haveria risco exploratório. Ora, não há dúvida de que existem gigantescas reservas de petróleo. Por que leiloá-las?

A partilha foi criada agora para manter a aura de que existe risco no projeto de exploração da camada pré-sal, para dizer que o Estado brasileiro não sabe administrar esse risco e que, portanto, deve chamar os especialistas na administração de risco: o grande capital financeiro internacional.

Quais são os riscos da exploração de petróleo? Podemos dividi-los em quatro categorias:

- o geológico-geofísico, da exploração das áreas para localizar o petróleo;
- o tecnológico e de engenharia, para determinar as estruturas de produção a serem instaladas nas áreas para extrair o petróleo;
- o financeiro, de reunir capitais e promover o investimento;
- e o risco comercial, de saber comercializar o petróleo em um mercado complexo.

O Ministério de Minas e Energia “poderá” avaliar previamente as jazidas. Mas o MME “deveria” fazer isso

O risco exploratório no caso do petróleo da camada pré-sal pode ser praticamente eliminado se houver interesse. Aliás, no projeto de lei da partilha, o governo admite que pode reduzir esse risco. A ANP foi encarregada de furar alguns poços para avaliar as reservas. Mais que isso, na lei enviada ao Congresso, em seu artigo 7º, o governo estabeleceu que o Ministério de Minas e Energia “poderá” fazer a avaliação prévia das jazidas. Não deveria ser “poderá”, mas, sim, o ministério “deverá” fazer a avaliação prévia das jazidas. Isso é fundamental. Se se decide fazer a avaliação, suspende-se esse processo de licitações, que o ministro de Minas e Energia anuncia já para antes do início

do processo eleitoral do ano que vem.

A avaliação deve levar de dois a três anos. Com isso, poderemos delimitar melhor a área da camada pré-sal. Saber, por exemplo, se ela se estende à Bahia, a Sergipe. E, ao mesmo tempo, podemos discutir um plano nacional de desenvolvimento econômico e social.

Infelizmente, no entanto, o “poderá” que está no projeto de lei da partilha está em linha com todo o resto do marco regulatório anunciado, que é uma espécie de estrutura circular. No fundo, tudo está centralizado no poder do príncipe.

Poucas vezes na história do País se enviou ao Congresso para referendar algo de tão elevado impacto econômico. Se forem os 100 bilhões de barris que muitos supõem, a serem explorados em 30 anos, é uma receita que fica na casa de meio a 1 bilhão de dólares por dia.

O papel atribuído à Petro-Sal reforça o caráter centralizador e arbitrário do conjunto dos projetos. Como funciona a indústria do petróleo, em geral, no caso das licitações? Concorre a elas um consórcio de empresas ou uma empresa única. Se for um consórcio, os sócios se acertam, escolhem uma operadora e fazem um JOA (Joint Operation Agreement), que é o instrumento pelo qual se definem as regras da operação. O operador vai tomar as decisões de exploração, quantos poços serão perfurados, em que prazos etc., submete algumas decisões aos consorciados e faz o *cash call*, chama o capital para os investimentos.

Como isso se daria pelas regras da legislação enviada ao Congresso? Se a Petrobras ganhar a licitação sozinha, vai decidir o que fazer junto com a Petro-Sal. Existirá um comitê operativo para cada área licitada, no qual a Petro-Sal tem metade dos votos, além do poder de veto.

Como a Petro-Sal poderá, em última instância, decidir melhor que a Petrobras, em todas as questões envolvidas no projeto de aproveitamento dos recursos do bloco licitado? São decisões que envolvem conhecimento sobre uma enorme gama de temas: da geologia, da engenharia, do financiamento, do comércio mundial de petróleo etc.

Por que o governo acha que a Petro-Sal, uma empresa que nascerá agora, com um conjunto de profissionais já definido como pequeno, deve ter a última palavra, e não a Petrobras? É



porque existe no núcleo central do governo uma desconfiança com relação à Petrobras. Porque o governo não quer assumir o seu papel, que é o de dirigir a empresa por meio de seu Conselho de Administração, que deve dar as diretrizes para que ela faça o que o governo quer.

Com isso, o governo abdica de seu dever e mantém a Petrobras subordinada às determinações básicas da Security and Exchange Commission (SEC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as reguladoras do mercado financeiro internacional e nacional, respectivamente. A desculpa é que a Petrobras tem 60% de capital privado. É claro, no entanto, que esse problema pode ser resolvido de outra forma, até mesmo pela recompra das ações, que, com o novo marco regulatório, ficarão mais em conta. A situação é ainda mais complicada se, nas licitações, a Petrobras fizer uma proposta perdedora e, como manda a lei, tiver de ficar obrigatoriamente como operadora e com 30% do capital do investimento no bloco licitado.

Toda essa confusão resulta do fato de o governo, de certo modo, ter aceitado todas as críticas que eram feitas e, em princípio, ter recolocado a Petrobras no posto estratégico de exploração do petróleo no País. Contudo, na prática, fez isso de um modo ambíguo, que permite exatamente fazer o contrário. Um bloco pode não ser licitado e pode ser entregue diretamente à Petrobras. Ela vai ser operadora de todos os campos e, em tese, contratará todos os fornecedores e ampliará a fatia nacional dos negócios. A Petrobras será, possivelmente, a empresa escolhida para comercializar o petróleo.

Mas pode não ser. A Petro-Sal pode decidir que a Exxon Mobil ou a OGX devem comercializar o petróleo, por exemplo. E essa penumbra, essa incerteza, tem claramente um propósito. Deixa a ideia de que existe risco, abrindo espaço para os grandes operadores do risco, que são os do sistema financeiro. O País abre mão de seu projeto, de seu plano, e se mantém sob o controle do grande sistema. ■

ILDO SAUER é professor titular do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo e foi diretor da Petrobras (2003-2007)

POBRE RIO

A tuberculose está em queda em todo o País. Nosso segundo estado mais rico, no entanto, é o campeão nacional da enfermidade

por Lia Imanishi

NO FINAL de setembro, o Ministério da Saúde divulgou um balanço que mostra que a incidência e a mortalidade da tuberculose no Brasil diminuíram. Nos últimos dez anos, a taxa de incidência baixou 27,58%, e a de mortalidade, 34,35%. Por grupo de 100 mil habitantes, o número de doentes caiu de 51,44, em 1999, para 37,12, em 2008, e o índice de mortalidade passou de 3,62 para 2,38. Isso tem a ver com outro dado positivo: os pacientes estão aderindo mais ao tratamento. Em 2001, apenas 3,5% dos pacientes eram acompanhados durante os seis meses de tratamento; em 2008, foram 39,4%. Com um orçamento nacional para o combate à doença multiplicado por quase oito entre 2000 e 2008 (passou de 9,3 milhões de dólares para 69,1 milhões de dólares), o Ministério da Saúde planeja erradicar a tuberculose até 2050.

Cerca de um terço da população mundial está infectada com o bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*), que causa a tuberculose. Apenas uma pequena porcentagem dos infectados, no entanto, desenvolve a doença, que geralmente surge quando os níveis de imunidade estão enfraquecidos devido, por exemplo, à infecção pelo vírus HIV ou outras enfermidades. Ou, ainda, à gravidez.

A tuberculose afeta vários órgãos, mas principalmente os pulmões. Os principais sintomas são tosse por mais de três semanas, com ou sem catarro (que pode conter sangue), febre baixa no fim da tarde, falta de apetite, perda de peso, sudorese noturna e desânimo. O bacilo é transmitido pelo ar, quando o paciente tosse, fala ou espirra. Mas, depois de 15 dias do início do tratamento, o paciente não transmite mais a doença.

DOENÇA URBANA

Nos últimos anos, vêm proliferando variedades da doença que são resistentes aos antibióticos comumente utilizados no tratamento. Essa resistência se deve, sobretudo, ao fato de muitos pacientes interromperem a terapia medicamentosa prescrita. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 500 mil pessoas no mundo tiveram diagnóstico de cepas resistentes a medicamentos, e 55 países e territórios já relataram pelo menos um caso de tuberculose “extensamente resistente a drogas”, ou XDR-TB, que é virtualmente intratável com os remédios existentes. A prevalência real dessa variedade letal da doença é provavelmente ainda maior, já que poucos países pobres hoje fazem a série de exames necessários

para avaliar o grau de resistência a drogas de seus pacientes.

O Programa Nacional de Controle da Tuberculose começou em 2003. Seu coordenador, Draurio Barreira, diz que o estado do Rio de Janeiro tem a maior taxa de incidência do País. São 73 casos por 100 mil habitantes, pouco menos que o dobro da média nacional. A capital fluminense concentra quase 70% dos registros e ocupa a terceira posição entre os municípios brasileiros com as maiores taxas de incidência da doença. Segundo Elizabeth Soares, gerente do Programa de Controle da Tuberculose da Secretaria de Saúde carioca, o índice de abandono do tratamento no município é alto, de 14%.

O que explica esses índices tão negativos? Lísia Freitas, coordenadora do Programa de Controle da Tuberculose da Secretaria Estadual de Saúde fluminense, diz que “a tuberculose é uma doença das aglomerações urbanas, e 94% da população do estado é urbana. Na Baixada Fluminense, temos municípios com densidade demográfica de 13 mil habitantes por quilômetro quadrado, uma densidade muito alta”.

O paradoxal no caso do Rio – segundo colocado no ranking por PIB dos estados – é que a tuberculose também está muito





Melisko Scovo

ligada ao empobrecimento da população. “Nas favelas do estado, a incidência é muito maior do que em outros locais”, diz Lísia. A arquitetura das favelas favorece a disseminação da tuberculose, uma vez que as casas são muito apinhadas, têm pouca iluminação e ventilação. “O bacilo se desenvolve no ar estagnado, mas morre com a incidência do sol.”

Em algumas comunidades, como a da Rocinha, os índices são alarmantes. “Quando o programa de controle começou por lá, em 2003, a incidência era de 600 casos por 100 mil habitantes, o abandono do tratamento era de 20%, e a cura atingia 70%. Hoje, ainda são 415 casos por 100 mil habitantes, 4,5% de abandono e 88% de cura”, diz a coordenadora.

Lísia responsabiliza também a baixa cobertura do programa Saúde da Família no estado, que atinge apenas 3,7% da população – no Brasil, ele atinge 46% da população. O programa, implantado em 1993 pelo Ministério da Saúde, visa mudar o modelo de atendimento centrado em hospitais. São criadas unidades básicas de saúde com equipes compostas por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários que se deslocam até a casa dos pacientes para prevenir e tratar doenças. Cada equipe

se responsabiliza por mil famílias em uma área geográfica limitada. “Estamos trabalhando para descentralizar o atendimento, como preconiza a OMS”, diz.

ITABORAÍ E ITAGUAÍ, EXEMPLOS

Lísia explica que, com o atendimento prestado pelo Saúde da Família, mesmo municípios pobres podem reduzir a incidência da tuberculose. Ela dá o exemplo de Itaboraí, município que, entre os 92 do estado do Rio, se encontra na 66ª posição, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e que se tornou referência nacional no tratamento de tuberculose pulmonar. “Nos últimos cinco anos, o programa implantado no município reduziu o índice de abandono do tratamento de 30% para 4% e aumentou o de cura de 60% para 88%.” Esse bom resultado se deve à cobertura do Saúde da Família, que atinge quase 70% das famílias da cidade.

Itaboraí e também Itaguaí foram os dois únicos municípios do estado a ministrar o Tratamento Diretamente Observado de Curta Duração (Dots) – indicado pela OMS – em 100% de seus pacientes vitimados pela tuberculose. Denise de Freitas, que coordena o Programa de Controle da Tuberculose em Itaboraí, confirma que o Saúde da Família é o caminho certo para

implantar o Dots. “Os agentes vão à casa dos pacientes para dar o medicamento diariamente.” Para o médico Oscarino dos Santos Barreto Jr., que trabalha em uma das unidades do programa, o acompanhamento do paciente com tuberculose é fundamental. “Como o tratamento é longo, de pelo menos seis meses, e surte resultados em poucos dias, muitos pacientes, ao se sentirem melhor, param de tomar a medicação e isso contribui para o surgimento da tuberculose multirresistente. Aqui, nós vemos o paciente tomando o remédio, e, se ele não comparece à consulta, vamos buscá-lo e o incentivamos a continuar o tratamento.” Segundo ele, apenas 8% das pessoas que começam o tratamento o abandonam antes da cura.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, confirma que a situação crítica da doença no Rio de Janeiro se deve principalmente à falta de investimentos na área de atenção básica. “No Rio, temos um centro de saúde esperando que o paciente o procure, enquanto na maior parte do País a estratégia é o contrário, as unidades vão até os pacientes.” Segundo Temporão, o ministério vai aumentar a cobertura do Saúde da Família no estado para 75% da população, por meio de parceria com os governos estadual e da capital. ■

FIM DE CICLO?

Os governos tucanos se vangloriavam do sucesso do combate ao crime em São Paulo. Agora que a situação mudou, culpam a crise econômica

por Rafael Hernandez

O NÚMERO de crimes cometidos no estado de São Paulo aumentou no primeiro semestre deste ano, após praticamente uma década de declínio. A culpa é da crise econômica, avaliam as autoridades policiais paulistas, reacendendo uma antiga discussão sobre a relação entre a economia e a criminalidade. Entre os anos de 1999 e 2008, os paulistas acompanharam um longo ciclo de redução da criminalidade, especialmente nos delitos de maior violência, como homicídios dolosos, latrocínios e tentativas de homicídio. Entre os 12 principais crimes computados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP), nove apresentaram queda no número de ocorrências. Esses resultados foram muito comemorados pelos sucessivos governos estaduais – todos eles sob comando do PSDB – como fruto da nova gestão adotada para o setor e fizeram da política de segurança pública paulista referência para muitos estados.

Entre as primeiras iniciativas adotadas, destaca-se a retirada de circulação das armas de fogo, iniciada anos antes da campanha nacional e do Estatuto do Desarmamento, em 2003. Segundo o coordenador de Análise e Planejamento da SSP-SP, Tulio Kahn, após ser eleito governador em 1995, Mário Covas “pediu o recadastramento de todas as armas”, no sentido de “restringir a concessão de novas posses e registros” e de “tirar das ruas as armas ilegais”.

“CIDADÃOS DE BEM”

A iniciativa ganhou embasamento a partir da premissa aventada pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), da Polícia Civil, de que grande parte dos crimes violentos, em especial os homicídios, é cometida pelos chamados “cidadãos de bem” – isto é, pessoas sem histórico policial. “O bandido sempre arruma arma, mas a população dita ‘de bem’, não. Se você tira a arma de uma dessas pessoas, é mais difícil ela se armar novamente”, afirma Kahn.

As mudanças seguiram com a implementação dos chamados “sistemas inteligentes”, como o Fotocrim, o Copon Online e o mais importante e conhecido deles: o Infocrim (Sistema de Informação Criminal), que consiste em um banco de dados eletrônico que cria um mapa com as estatísticas da violência por tipo de crime, localidade e incidência. Tendo em mãos esses dados, é montado o planejamento de atuação das polícias Civil e Militar.

A última medida apresentada como fator de melhoria refletiu-se na explosão do



índice de encarceramento. Segundo Kahn, o número de prisões no estado aumentou quase 200% entre 1995 e 2008. “Apesar de não ser a solução, tem o efeito de incapacitação e de intimidação. Eu atribuo ao menos 5% da queda da criminalidade do estado de São Paulo a esse aumento da população prisional, que foi muito rápido e muito intenso”, disse.

A despeito da discussão sobre a funcionalidade dessas ações, vários indicadores de violência apresentaram redução, a começar pelos homicídios dolosos, ou seja, aqueles cometidos com intenção. O total de casos no estado passou de 12.818, em 1999, para 4.426, em 2008, redução de aproximadamente 65%. As tentativas de homicídios (que caíram de 9.844 para 5.066) e latrocínios (de 670 para 267) também apresentaram queda relevante. Entre os crimes contra o patrimônio, os que apresentaram maior redução foram os roubos e furtos de veículos, que, juntos, caíram de 221.774 para 159.199 no mesmo período.

POLÍCIA, NÃO DROGA

Algumas modalidades de crime, no entanto, continuaram a crescer, como furtos em geral (excluídos os carros), que subiram de 390.144 para 489.271. Mas o caso mais evidente é o do tráfico de entorpecentes, cujo número de casos mais que dobrou, de 10.525 para 24.963. Kahn afirma que o aumento das prisões por tráfico é um sinal positivo, indicando a ação mais efetiva do Estado. “É um indicador de atividade policial, não de crime”, disse. Entretanto, pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta outra possibilidade: o aumento do consumo de drogas no País. Segundo o Relatório Mundial de Drogas de 2008, houve elevação no número de usuários de cocaína (0,4% para 0,7% da população) e maconha (1% para 2,6%) no Brasil entre 2001 e 2005.

Em 2009, esse panorama mudou completamente, ao menos no primeiro semestre. Em quase todas as modalidades de crime houve aumento se comparadas ao mesmo período do ano anterior, desde os mais violentos, como homicídios dolosos (que passaram de 2.301 para 2.428), tentativas de homicídio (de 2.592 para 2.630) e latrocínios (de 130 para 174), até os crimes contra o patrimônio, como roubos (de 146.123 para 176.347) e furtos (de 312.166 para 320.292).

Em nota explicativa sobre os resultados do segundo trimestre, a SSP-SP praticamente ignora o aumento dos crimes, citan-

do-o de forma direta apenas no décimo (e penúltimo) parágrafo do texto e apontando logo em seguida a crise econômica como fator preponderante, sem indicar outros possíveis contribuidores. Kahn segue linha similar e afirma que “a crise econômica não explica totalmente a piora dos índices, mas a maior parte da variação”. Ele também reconhece não ter identificado nenhum outro fator para a elevação.

CONCLUSÕES PREMATURAS

O pesquisador Marcelo Nery, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), é mais cauteloso em sua análise sobre a aparente mudança de tendência. Para ele, não é possível apontar unicamente a questão econômica como responsável pelo aumento dos índices. Mesmo a espetacular redução dos últimos dez anos ainda não foi totalmente explicada e, por isso, ainda é objeto de estudo de diversos acadêmicos.

Nery admite que fatores comumente citados como contribuintes para a redução da criminalidade nos anos precedentes, como investimentos em segurança pública, encarceramento maior, além de melhorias econômicas e sociais, podem ter colaborado para o fenômeno, mas aponta a necessidade de um estudo mais amplo considerando as especificidades que contribuem para a redução ou elevação de cada tipo de crime em cada região ou localidade. “É fundamental entender que cada crime possui uma dinâmica diferente e o que condiciona um maior ou menor número desses crimes também é relativo”, diz.

Segundo ele, algo que potencializa os casos de homicídio pode ser diferente do que interfere nos roubos. Mesmo entre “subdivisões” de um mesmo crime (roubo a banco e de carga) há condicionantes diferentes. O mesmo se dá com o local pesquisado. “A importância dos fatores varia dependendo do local que você está observando. Certos fatores são muito importantes para determinado lugar; contudo, em outros lugares, eles podem não ser significativos”, completa.

Quanto à mudança de panorama neste ano, Nery é ainda mais contundente em enfatizar a prematuridade em tentar encontrar culpados ou motivos. “Algumas pessoas começaram a falar que o aumento da criminalidade em São Paulo está ligado à questão econômica”, diz, apontando que isso é inadequado, pois o impacto da economia é relativo e depende de outros fatores. Ele ressalta que, “se fosse apenas a questão econômica, seriam afetados [provavelmente] primeiro os crimes contra o patrimônio e somente depois, de forma indireta, poderiam ser afetados outros índices de criminalidade”.

O tão alardeado sucesso da política de segurança pública paulista tinha prazo de validade não muito longo, a julgar pelas palavras do próprio Kahn. Ele admite que um aumento dos casos de criminalidade era um fenômeno previsível e que, após “um ciclo grande de queda, praticamente 25, 28 trimestres”, sabia-se que, mais cedo ou mais tarde, os índices deixariam de cair. “Há um momento em que se chega a um limite.” ■

Kahn: o único fator identificado para o aumento da criminalidade é o econômico



Carla Bispo

PARA TODOS OS GOSTOS

As sugestões da 1ª Conseg formam um amontoado de propostas às vezes contraditórias. O que será efetivado a partir daí é uma incógnita

por Ignacio Cano

O BRASIL já celebrou conferências nacionais sobre diversos temas. Em geral, essas cumprem três objetivos: a) permitem a interação entre os diferentes atores relevantes da área; b) estimulam a participação da sociedade e c) formulam políticas estratégicas e metas a serem atingidas. A segurança pública, pela sua peculiar natureza, nunca havia sido objeto de um evento desse tipo, o que multiplicava tanto as expectativas quanto os receios.

O mote da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), realizada em agosto, foi “segurança com cidadania” e pode ser entendido como uma estratégia para fortalecer o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pro-nasci) e sinalizar a mudança de paradigma, passando de um modelo tradicional, baseado na repressão, a um novo modelo que enfatiza a prevenção e a promoção dos direitos dos cidadãos.

Parte da transformação diz respeito também à maneira como a política é formulada e aplicada. Se antes ela era decidida pelas cúpulas dos profissionais da segurança, a proposta atual é que ela seja resultado da contribuição de amplos setores da sociedade.

Com efeito, está em curso em toda América Latina uma lenta transformação

do velho conceito de segurança. O ponto de partida é a segurança do Estado, muitas vezes oligárquico e em algumas ocasiões autoritário. O ponto de destino é uma nova segurança cuja meta é a proteção dos cidadãos. Em outras palavras, uma segurança traduzida em serviço aos cidadãos em lugar daquela entendida como controle social.

Esse processo de mudança é lento e enfrenta resistências em diversos setores, muitos deles entrincheirados dentro dos aparatos do Estado. Nesse sentido, o posicionamento político do governo brasileiro de convocar uma conferência sob essas premissas é sem dúvida positivo, pois sinaliza um caminho que não deve ter volta.

O resultado formal da conferência está plasmado em 10 princípios e 40 diretrizes. Quem olhar para eles pode se sentir desapontado, pois formam um conjunto de elementos desiguais, desintegrados, parcialmente redundantes e, por vezes, contraditórios entre si. Alguns são longos e incluem medidas de diversa índole, nem sempre bem articuladas. Outros são curtos e pontuais. Há enunciados destacadamente defensivos, com o objetivo de evitar mudanças: o princípio número 2, por exemplo, simplesmente demanda a

manutenção do artigo 144 da Constituição, e a diretriz 33 rejeita qualquer redução da maioria penal. Outros se destacam pela ruptura e ousadia. Entre as reformas mais profundas aprovadas no texto oficial, podemos mencionar as seguintes:

- unificação das duas polícias (diretriz 18), criando uma corporação desmilitarizada (diretrizes 12 e 18) que execute o chamado “ciclo completo de polícia” (diretriz 4). Este pode ser entendido como o trabalho policial que tem início com a prevenção e com a manutenção da ordem pública e fim com a repressão e com a investigação criminal. Porém, a diretriz 15, com pouco mais da metade dos votos da anterior, declara expressamente a oposição ao ciclo completo, refletindo a controvérsia existente;
- autonomia dos órgãos periciais com relação aos outros órgãos de segurança, basicamente no que diz respeito às polícias.

Como era de se esperar, uma parte das conclusões da conferência é resultado de reivindicações de diversas categorias de operadores de segurança pública, como peritos, policiais etc. Alguns desses grupos montaram verdadeiras estratégias de mobilização e influência (*lobby*) ao circularem uniformizados durante a conferência e



solicitarem apoio às suas teses num ambiente cheio de cor e som parecido ao das convenções partidárias. De fato, algumas das reivindicações dos trabalhadores são condizentes com o interesse da sociedade, caso da autonomia das perícias e da valorização dos profissionais, sem a qual não é possível conceber uma segurança pública de qualidade. Entretanto, as políticas de segurança pública não podem ficar reféns de agendas corporativas, pois o destinatário último delas não são os profissionais, mas a sociedade no seu conjunto. De fato, esse perigo pairou de forma permanente sobre o evento.

Parte da culpa pelo caráter fragmentado e desarticulado dos enunciados aprovados, para além dos diversos interesses representados na conferência, pode recair sobre a metodologia usada durante os trabalhos, um tanto confusa até para muitos dos monitores que conduziam os grupos e nem sempre eficiente em promover o debate e conferir clareza ao produto final. A falta de cuidado para evitar que alguns eixos temáticos fossem monopolizados por alguns grupos, que neles se inscreveram de forma estratégica, é um exemplo disso.

Para muitos, no entanto, o destaque da conferência não foi o seu produto

final, mas o processo de mobilização que promoveu em todo o País. De acordo com os procedimentos estabelecidos, 30% dos participantes correspondiam a operadores da segurança, 30% a gestores públicos da área e os 40% restantes à sociedade civil.

Com relação aos números, não há dúvida de que a participação da sociedade civil foi maior do que costumava ser nos foros sobre este tema. No entanto, a convocatória foi realizada pelos governos e de cima para baixo, o que provocou algumas restrições à participação e certa desconfiança, particularmente nos estados em que a relação entre governo e movimentos sociais é tensa.

Do ponto de vista da participação, uma das contribuições mais interessantes foi a manifestação de certos grupos com pouca voz no debate público, como, por exemplo, as bases das corporações de segurança pública, por uma vez livres das restrições hierárquicas normalmente impostas no dia a dia. Assim, as manifestações de várias associações de praças da Polícia Militar em defesa da desmilitarização, por exemplo, questionavam o caráter monolítico que as organizações aparentam para fora e permitiam dar vazão a opiniões muitas vezes reprimidas

por códigos disciplinares rígidos e estruturas verticalizadas.

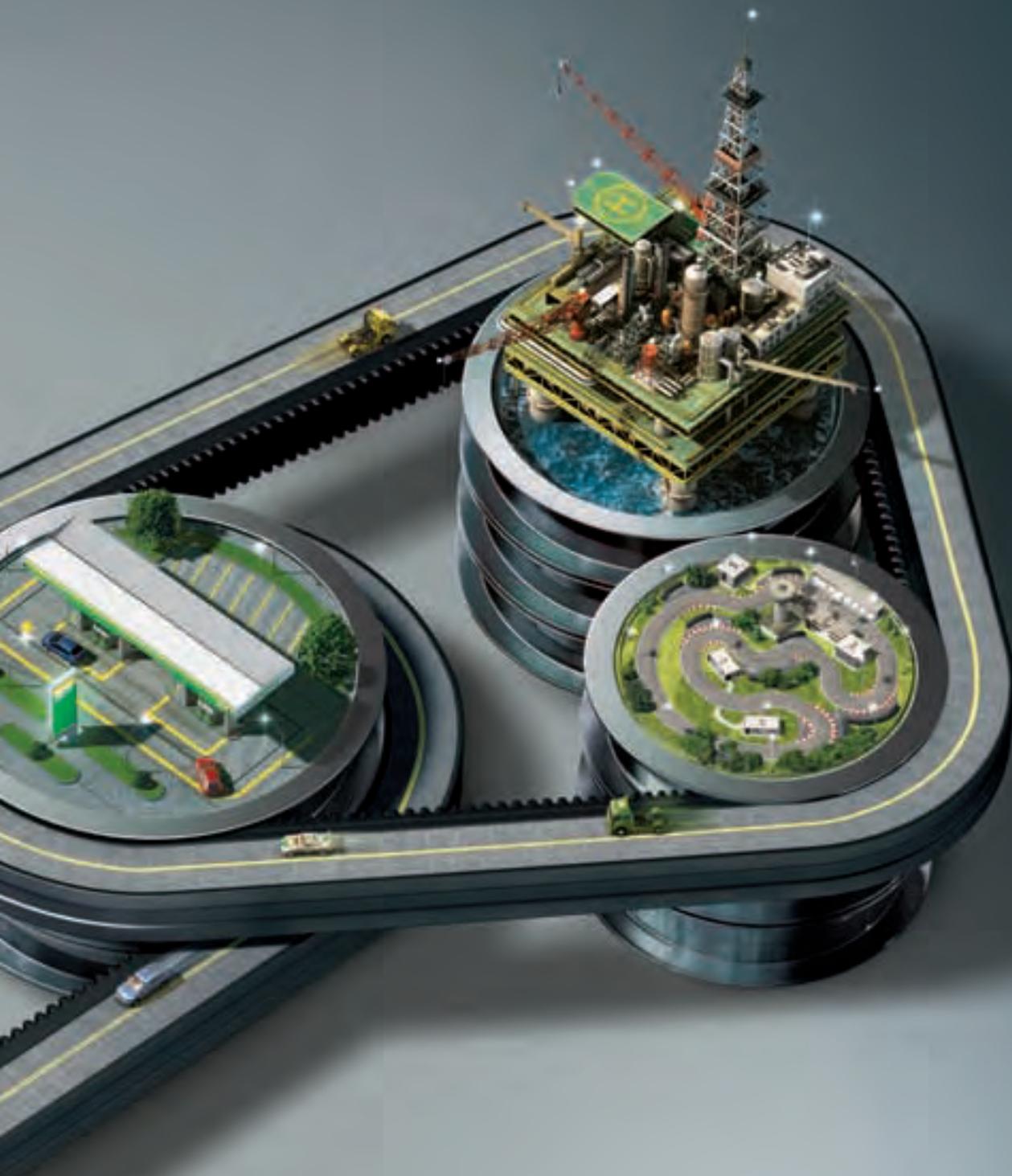
Quanto às políticas públicas que possam derivar do evento, o governo poderia aproveitar alguns dos pontos contidos no documento final – pode até escolher quais com certo conforto, dado o seu caráter muitas vezes contraditório – para lançar propostas de reformas legislativas e/ou administrativas. Contudo, as resistências organizadas a qualquer alteração do status quo nesta área e a proximidade do calendário eleitoral tornam esse cenário improvável a curto prazo.

De qualquer modo, é cedo para saber se a conferência constituirá um marco na segurança pública do País e será lembrada como um ponto de inflexão ou se ficará na história apenas como uma grande feira inócua de vozes desencontradas. Como muitos dos participantes gostavam de dizer, o processo está apenas começando, e o balanço da conferência depende do que será feito a partir de agora. Enquanto isso, a segurança privada, ela sim, continua avançando e ganhando terreno no País. ■

IGNACIO CANO é membro do Laboratório de Análise da Violência – UERJ e participou da Conseg como convidado

Só uma empresa acostumada a superar desafios
poderia desenvolver a tecnologia de combustíveis que move você.





BR PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

A RODA-VIVA DAS PMEs

Um mergulho no mundo dos pequenos e médios empresários brasileiros que, para sobreviver, inventam negócios, tecnologias e produtos de impressionante variedade

por *Tânia Caliari* fotos *Carla Bispo*



“DESDE pequena, o que eu sabia de vendas é que a gente tem de comprar barato e vender mais caro”, diz Ironila Ferreira de Faria minutos antes de participar de uma sessão de negócios promovida pelo Sebrae-SP, em meados de setembro, no complexo de exposições da rodovia Imigrantes, zona sul de São Paulo. Irô, como prefere ser chamada, atualmente empresária do setor de confecções, quer apresentar sua grife de uniformes às outras 139 empresas participantes do evento.

Irô tem usado seu talento empreendedor desde que migrou, vinda de Itapagipe, cidade de 12 mil habitantes do Triângulo Mineiro. Começou vendendo material escolar e daí passou a confeccionar uniformes para os alunos. Nada sabia de costura, mas contratou costureiras para dar vazão à demanda que foi garimpando ano a ano na região.

“Há um ano venho pensando: ‘pago carro, faculdade do filho, plano de saúde, dentista... Eu preciso de mais dinheiro, preciso crescer, e só com as escolas não dá mais’. Por isso estou lançando uma grife de uniformes para trabalhadores”, diz a empresária (imagem na pág. ao lado), expondo sua ambição muito básica, característica que acredita ser a principal de um empreendedor.

A dinâmica da sessão de negócios do Sebrae se inicia. Há várias mesas-redondas espalhadas no salão e em dez delas estão representantes de grandes empresas, como Semp Toshiba, Giroflex, Bodycote-Brasimet, que podem vir a se interessar pelos produtos e serviços oferecidos pelas menores.

Após cada rodada de apresentações, ouve-se no salão a música-tema do filme *Missão Impossível*, indicando que é hora de todos mudarem de mesa para novos contatos. A variedade do que se oferece é impressionante. Marcio Santos apresenta balanças de precisão para uso industrial, comercial e de laboratório. Depois, é Diogo de Oliveira que coloca sobre a mesa um frasco de gel higienizante para que todos possam experimentar. Karen oferece os serviços de gerenciamento dos

gastos de energia e gás por empresas. O representante de outra empresa de gestão patrimonial afirma ser possível reduzir de 15% a 20% os custos com as instalações de uma empresa. “Nosso objetivo é colocar algo mais no *bottom line* do nosso cliente”, diz. Aparentemente, a frase não causa nenhuma estranheza aos participantes, que, ao som do tema de *Missão Impossível*, levantam-se para nova rodada.

Em 2007, o País contava com 7,1 milhões de empresas formais. A última pesquisa detalhada sobre as PMEs (Pequenas e Médias Empresas) foi divulgada em 2006 pelo Sebrae, baseada em dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2004, e é razoável supor que as taxas que indicam o seu peso na economia brasileira e sua distribuição setorial não tenham se alterado significativamente desde então. A

Dos 7,1 milhões de empresas no País, 98% são PMEs, que geram 20% do PIB e 2% das exportações

pesquisa de 2006 apontou a existência de 5,1 milhões de empresas, 98% das quais PMEs, responsáveis por 20% do PIB nacional e 2% das exportações.

O setor de comércio é o maior, concentrando 56% das PMEs. O setor de serviços, o que mais cresce, reúne 30% dos estabelecimentos. E, por último, vem o industrial, com 14%. A explicação para a grande concentração no comércio estaria na menor necessidade de especialização profissional e de investimentos para atuar nessa área. Entre as PMEs comerciais, destacam-se as que oferecem produtos

de maior necessidade, como os mini-mercados e mercearias (11%), o varejo de vestuário (11%) e o de materiais de construção (7%). Essas empresas, que têm escalas de operação muito baixas, empregam, em média, dois funcionários com carteira assinada.

Na *bombonière* de Wagner Nogueira, nem isso. Ele trabalha sozinho e às vezes conta com a ajuda do filho adolescente. O pequeno estabelecimento em São Miguel Paulista, na zona leste paulistana, é apinhado de guloseimas de pequeno valor. Nogueira é um típico empreendedor por necessidade: seu ímpeto empresarial veio com o desemprego, em 2007. O ponto não é ruim, fica em frente a uma escola. Ainda assim, ele não parece animado com a nova condição. “Tem vantagens: mais liberdade de horário, mas é muita responsabilidade e nenhum direito trabalhista, nada de rendimento fixo”, diz. “Além disso, dependendo do funcionamento da escola. Nas férias e feriados, não tenho fregueses.”

Após utilizar o telefone público da *bombonière*, Manuel Leite, outro pequeno empresário, relata sua trajetória. Como Nogueira, começou seu negócio ao se ver desempregado. A necessidade o levou a dirigir uma van de transporte escolar. Ao contrário do amigo, não parece sentir falta da antiga condição. “Fiquei 18 anos na empresa e já não tinha mais como crescer. Iria ficar com aquele salário para sempre”, diz. Ele admite, no entanto, que seus planos de progresso têm esbarrado no orçamento apertado dos pais dos alunos e na concorrência. No próximo ano, terá de trocar de veículo – o seu completou dez anos, tempo máximo de uso permitido para esse tipo de transporte. “Vamos ver o que os bancos vão oferecer de financiamento para um pequeno empreendedor.”

“Financiamento? Nunca peguei. Só de garantia os bancos exigem o dobro do valor que você está pedindo”, diz José Benedito de Araújo, dono de uma loja de material de construção também na zona leste da capital paulista. Formado em matemática e contabilidade, Benê, como é conhecido, tornou-se empresário ▶

voluntariamente. “Senão iria infartar”, diz o ex-gerente financeiro da Brasilit, indústria-líder de mercado no segmento de telhas e caixas d’água.

Há 12 anos ele comprou a lojinha que não passava de um entreposto de cimento. “Como fiz para crescer? Eu ganhava um salário de 9 mil reais por mês e, de repente, estava ganhando mil. Tinha de crescer de qualquer jeito”, diz. Ele explica que aproveitou a expansão do bairro de periferia baseada na autoconstrução e que até tentou abrir uma nova loja. Mas não deu. “Tivemos de recuar, nos faltou experiência. Parece que não, mas ficar aqui atrás deste balcãozinho e sobreviver é complicado”, diz.

Os números sobre a mortalidade de micro e pequenas empresas no Brasil dão razão a Benê. Cerca de 60% dessas empre-

sas fecham as portas com até quatro anos de existência. No estado de São Paulo, uma pesquisa mais recente indica certa melhora: entre 1998 e 2008, o índice de empresas que fecharam as portas no segundo ano de vida recuou de 46% para 38%; no terceiro ano, a queda foi de 56% para 46%; no quarto ano, de 63% para 50%; e, no quinto ano, de 71% para 62%.

No evento do Sebrae, a maior parte das empresas participantes pertence ao setor de serviços, que é o que mais tem crescido entre as PMEs no Brasil (28% entre 2000 e 2004). Muito dessa expansão se dá pelo aprofundamento do processo de terceirização de empresas maiores iniciado nos anos 1990 e por outros processos de precarização do trabalho. Além da terceirização de serviços básicos, como limpeza e manutenção, há também os serviços

prestados por profissionais liberais, como advogados, jornalistas, analistas de sistema e nutricionistas, por exemplo, que abrem “empresas de um profissional só” para poderem emitir notas fiscais, frequentemente para empregadores fixos, que assim se livraram dos encargos trabalhistas.

E onde estariam as empresas industriais? Além dos fabricantes de balança, de gel e de umas poucas empresas de construção, atividade que responde por 25% das PMEs industriais no Brasil, foi possível encontrar Hélio Sanches, que parece um tanto deslocado no evento do Sebrae. Dono de uma fundição que faz peças para máquinas e equipamentos, Sanches também busca negócios. Como interlocutor, encontra o representante de uma das grandes empresas presentes, a Bodycote-Brasimet, fabricante multinacional de fornos industriais.

Sanches, ex-operário, amigo do presidente e empresário: na fundição, as pequenas empresas têm papel a cumprir



“O senhor faria grelhas para nossos fornos?”, pergunta Shun Yoshida, gerente de engenharia e desenvolvimento da multinacional. “Não, grelha minha fundição não faz. Ou você se dedica só a grelhas, ou você se arrebenta”, diz o metalúrgico bigodudo, com ar de experiência conquistada nos 43 anos de existência da fundição. Além de manter sua empresa, Sanches foi operário da Aço Villares, onde também trabalhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “É claro que conheço o Lula”, diz Sanches, empolgado. “Ele é dois anos mais velho do que eu e a gente jogava futebol juntos. Eu também estava lá na igreja de São Bernardo do Campo quando houve o cerco da polícia na greve de 1980.”

Com 70 funcionários, a fundição HCS sentiu os efeitos da crise e reduziu a jornada de trabalho e o salário de seus funcionários. “O trabalhador aceita ou vai para a rua”, diz o ex-operário. “Como fundimos peças para máquinas industriais e equipamentos, somos os primeiros a sentir a crise e os últimos a sair dela.”

Segundo Sanches, a fundição é uma atividade industrial ainda possível de ser executada por empresas de pequeno porte. “A demanda é muito variada. As oficinas são chamadas a fazer peças muito específicas e assim o serviço não é concentrado.”

Sendo o setor que mais exige investimentos e conhecimentos técnicos, a indústria é a área mais restritiva para a atuação dos pequenos empreendedores. Ainda assim, eles resistem, mesmo depois da abertura da economia brasileira e da globalização. “Não houve um padrão de concentração empresarial na indústria”, diz João Amato Neto, professor do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), que há quase duas décadas estuda vários aglomerados regionais da indústria paulista.

Segundo o especialista, a dinâmica de atuação das pequenas, médias e grandes empresas nesses *clusters*, como são denominados os aglomerados industriais de um mesmo ramo de atividade, é muito variada e não segue um padrão. “Em Americana

[interior de São Paulo], por exemplo, a chegada dos tecidos asiáticos fez que as empresas têxteis seguissem para a região Nordeste em busca dos incentivos fiscais. Ficaram as pequenas e médias empresas de confecção.”

Já na produção de autopeças, a situação foi diferente. A globalização trouxe uma tremenda concentração empresarial e um crescente domínio de capital estrangeiro na atividade. As empresas menores, com até 125 empregados, passaram de 40,7% do total em 1998 para 31,7% em 2008, e as que tinham faturamento anual de até 3 milhões de dólares passaram de 20% do total em 1997 para 6,3% em 2008. Já a participação do capital nacional no setor era maioria em 1994, 51,9%, tendo minguado para 18,1% em 2008.

“A demanda das montadoras deixou

Na indústria, as PMEs são restritas pela alta exigência de investimento e conhecimento

de ser por peças isoladas e passou a ser por sistemas ou conjunto de peças de maior complexidade tecnológica, cuja fabricação demanda mais capital e uma articulação global entre fornecedores e montadoras”, diz Amato. O que o Brasil perde com essa concentração? “Perde em capacitação tecnológica, porque essas empresas chegam e produzem, mas não vão desenvolver tecnologia aqui”, diz.

Embora a maioria das pequenas empresas industriais atue em atividades de menor conteúdo tecnológico, Amato identificou também aglomerações de indústrias de pequeno porte em áreas mais sofisticadas, como o polo de equipamento médico-hospitalar de Ribeirão Preto e o de instrumentos ópticos de São Carlos (ambas no interior de São Paulo).

Não é coincidência que esses polos estejam localizados no entorno de importantes universidades do País, onde existe uma maior possibilidade de transferência de tecnologia da academia para a área produtiva. Em São Carlos, inclusive, surgiu a primeira incubadora de empresas do Brasil, em 1984. Hoje há cerca de 400 incubadoras, de onde saíram, segundo dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), 6,3 mil empresas, que mantêm cerca de 30 mil postos de trabalho. Há ainda 65 parques tecnológicos, espaços compartilhados por empresas, poder público, incubadoras, universidades e investidores que buscam e investem em inovação tecnológica e empresarial.

Um recente estudo elaborado pela Anprotec, no entanto, traz um alerta: “Apesar de termos 65 parques tecnológicos, todos estão muito distantes da realidade dos similares internacionais porque não possuem densidade empresarial, científica e tecnológica. Nenhum dos parques tecnológicos brasileiros contribui de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do País”, disse o coordenador do estudo, José Azevedo Fiates, na ocasião de sua divulgação.

Davi Sales, gerente da Incamp, a incubadora de empresas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que o desafio dessas incubadoras é dotar as empresas nascentes com práticas de gestão, uma vez que a maioria dos empresários, oriundos da universidade, tem um perfil muito acadêmico. Segundo ele, as universidades deveriam dar a seus alunos uma educação mais empreendedora. “A universidade tem de parar de formar alunos que só pensam em encontrar bons empregos. Tem de formar um profissional que queira desenvolver seus próprios produtos e empresas”, diz.

É certo que, também nesse caso, só espírito empreendedor não basta, sendo necessário que o País adote políticas mais amplas de desenvolvimento setorial para impulsionar as empresas de base tecnológica. Um exemplo é a área de componentes eletrônicos. ▶

Durante o encontro promovido pelo Sebrae, na mesa comandada pela Semp Toshiba, o pequeno empresário Bruno Dantas diz que pode fornecer vários componentes eletrônicos para a gigante multinacional. Porém, logo fica claro que sua empresa não fabrica esses componentes, mas os importa. “Temos muita facilidade em localizar e trazer qualquer componente, porque temos três escritórios comerciais na Ásia”, diz.

Dantas explica a *Retrato do Brasil* que a família de componentes eletrônicos é enorme, com cerca de 10 milhões de itens, e que o País produz poucos deles e não os mais importantes. “No Vale da Eletrônica de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais, por exemplo, há empresas que fazem produtos avançados, como *display* de cristal líquido, rede resistiva, cristal

oscilador. Mas, no geral, as empresas desse setor são meras montadoras de produtos acabados, feitos com componentes 100% importados”, diz Dantas.

Grande montador e consumidor de produtos eletrônicos, o Brasil teve em 2008 um déficit de 15 bilhões de dólares na balança comercial do complexo eletro-eletrônico. No fim de setembro, o jornal *Folha de S. Paulo* informou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) negociava a instalação de cinco fábricas de semicondutores e *displays* no País. A operação de atração dessas empresas estrangeiras é baseada em um grande pacote de incentivos fiscais, que prevê isenções tributárias amplas, além da possibilidade de investimentos diretos do BNDESPar. Seria, segundo a avaliação do jornal, “o ressurgimento de um setor

industrial atropelado pelos asiáticos”.

Seguindo a dica de Dantas, fomos a Santa Rita do Sapucaí, a 425 quilômetros de Belo Horizonte. Do centro da cidade, é possível avistar as pastagens que a cercam, tão miúda é essa aglomeração urbana do sul de Minas Gerais. Como esse município de 35 mil habitantes foi concentrar cerca de 130 empresas que atuam em um ramo industrial como o da eletrônica?

As empresas ali instaladas surgiram a partir da iniciativa de técnicos e engenheiros formados na cidade, onde a educação técnica voltada para a eletrônica teve início em 1958, por iniciativa de Luiza Rennó Moreira, mulher de um diplomata que se espelhou na experiência japonesa para abrir, com recursos próprios, a Escola Técnica de Eletrônica (ETE), a primeira da América Latina. Na década seguinte,

Takahashi, ex-proprietário de farmácia e dono de *fast food*: no Japão, ele entendeu que o capitalismo é “devorador em todo o lugar”



José Nogueira Leite, cidadão de Santa Rita do Sapucaí, como Luiza, vislumbrou que, a despeito da existência de cursos de engenharia elétrica no País, em breve faltariam engenheiros de telecomunicações. Ele fundou, em 1965, o Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), instituição privada sem fins lucrativos, como a ETE. Muitos dos técnicos e engenheiros formados nessas duas escolas vão trabalhar nos grandes centros, mas parte fica para estabelecer suas empresas.

A cidade também atrai gente de fora. Marcelo Minhós, por exemplo, é engenheiro mecânico formado em São Paulo e foi para lá em 2001. Desde então, fabrica, em pequena escala, suas versões de *displays* de cristal líquido (LCD). Antes, passou quatro anos em Campinas como pesquisador da Fundação Centro Tecnológico para Informática (CTI) para desenvolver e dominar a técnica de fabricação de LCD. Nessa época, o Brasil ainda não produzia esse componente, que é basicamente a parte em que aparecem números, letras e sinais que compõem inúmeros produtos eletrônicos, de calculadoras a bombas de gasolina, passando por balanças, celulares, relógios de ponto, monitores de computador e aparelhos de TV.

À frente de sua própria empresa desde 2004, Minhós faz *displays* de até 14 polegadas e diz que seus únicos concorrentes no Brasil estão na China. Faz dois anos que a LC Eletrônica superou a classificação de pequena segundo os critérios do Sebrae (até 99 empregados no setor industrial) e também segundo os critérios da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (com faturamento de até 2,4 milhões de reais por ano). Mesmo com 120 funcionários e com receita maior, a LC ainda mantém o status de pequena pelos critérios do BNDES e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), segundo os quais o faturamento de uma pequena empresa pode chegar a 10,5 milhões de reais por ano.

Valendo-se dessa classificação, Minhós recorre às linhas de financiamento da Finep e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) para investir em pesquisa e desenvolvimento.

“Não conseguiria fazer esses investimentos com recursos próprios”, diz. Sua empresa ocupa 15 pessoas nessa área, entre empregados e terceirizados. O empresário é ainda o principal pesquisador de sua empresa e dedica boa parte de seu tempo matutando soluções. “Outro dia, me pediram um *display* compatível com um monitor cardíaco, já que o importado interferia no funcionamento do marca-passo. Eu fiz e, depois, o chinês me copiou”, diz.

Minhós se ressentia do fato de que 70% dos componentes utilizados na sua produção são importados. “A política brasileira com relação aos produtos eletrônicos é voltada para favorecer o barateamento para o consumidor final. Então, a tarifa para importação para qualquer componente é zero, inclusive a do *display* que eu fabrico. Os produtos ficam mais

“Trazer os chineses não resolve. Ajuda na balança, mas é difícil transferir tecnologia”

baratos, mas a indústria e a pesquisa nacionais nessas áreas não vão se desenvolver. Trazer empresas chinesas também não vai resolver. Ajuda na balança comercial, mas dificilmente haverá transferência de tecnologia.”

Minhós considera importante desenvolver uma indústria nacional mais sofisticada, já que os setores que realmente geram riquezas palpáveis são a agricultura e a indústria. “Esses setores puxam tudo, pois as atividades do comércio e dos serviços giram em torno dos produtos produzidos por eles”, diz.

De fato, as várias empresas de logística que oferecem seus serviços em mais uma rodada no encontro do Sebrae em São

Paulo se empenham para transportar produtos que certamente saíram da terra ou de máquinas. Há também quem trabalhe com ideias e conceitos mais abstratos, como as assessorias de imprensa e agências de publicidade. Um oferece construção e gestão de imagem corporativa, outras garantem *design* gráfico como ferramenta de negócio. E há as que promovem mídia espontânea em torno de seus clientes. “O problema não é ser pequeno, é parecer pequeno”, diz Leonardo, da a!Anauê Design Estratégico.

Jorge Takahashi é pequeno e parece se importar com isso. Tanto que quer crescer, espalhar sua marca e *know-how* de trabalho com uma franquia própria. Por ora, tem dois restaurantes de *fast-food* oriental em São Paulo. O carro-chefe de sua cozinha é o *yakisoba*, o macarrão com carnes e grandes pedaços de legumes envolvidos por um caldo grosso, que caiu no gosto popular. “No início cheguei a pensar em marretar o *yakisoba* na rua, como o pessoal vem fazendo, mas depois resolvi planejar”, diz.

Realmente, nada no Arigatô Express parece improvisado, do preço popular aos poucos equipamentos na cozinha; da atuação obsessiva dos cozinheiros na limpeza do local aos ingredientes pré-cortados e pré-cozidos; além do tamanho das caixinhas em que o macarrão é servido. “Yakissoba [sic] no tamanho do seu apetite”, diz o slogan da empresa. “Demorou para chegar a esse nível de planejamento. Já trabalhei em diversos ramos, fui empregado de escritório e tive farmácia durante sete anos”, diz Takahashi, 54 anos, que passou dois anos no Japão como metalúrgico.

“Quería ver o sistema de trabalho lá, as fábricas, a tecnologia. O que entendi é que o mundo capitalista é devorador em todo lugar. Engole um, nasce outro, não tem jeito. E as pessoas e as empresas reagem a esse mundo inventando negócios, tecnologias, produtos e tudo mais só para atenderem às exigências que a vida econômica vai impondo” diz. “Agora estou tentando um jeito meu de servir *yakisoba*. Parece que está agradando.” ■



OS MALES DA SAÚDE

Entre as mazelas dos planos privados e a oportunidade de criar um serviço público universal, Obama tenta fazer média. E pode acabar no meio do caminho

por Flávio Dieguez

Os EUA enfrentam seu dilema secular: saúde é direito ou negócio?

A REVISTA britânica *The Economist*, usualmente irônica, recorreu a uma metáfora fúnebre para descrever os dilemas do presidente norte-americano, Barack Obama, para tentar recolocar de pé o sistema de saúde do país. Segundo a revista, por falta de recursos financeiros, não restaria ao presidente dos EUA outra opção senão escolher os que vão morrer. Não deixa de ser uma maneira realista de ver o problema, mas *The Economist* chegou tarde: essa opção já está em prática há tempos nos EUA. Atualmente, morre um americano a cada 12 minutos por falta de assistência médica, de acordo com o mais recente estudo desse tipo, entre dezenas de outros publicados nos últimos anos sobre os malefícios e os fracassos persistentes do sistema estadunidense.

Uma morte a cada 12 minutos corresponde a quase 45 mil mortes ao ano, comparadas a 17,5 mil em 2002. O mesmo estudo indica que, em 1993, um americano sem seguro-saúde tinha 25% mais chance de morrer em relação a um cidadão segurado. Hoje essa probabilidade subiu para 40%.

O novo estudo foi publicado em setembro por um dos mais importantes pesquisadores dos EUA, o médico David Himmelstein, da Universidade Harvard. Ele está em campanha contra o plano de saúde de Obama porque acredita que a reforma proposta pelo presidente não vai mudar a lógica funesta do sistema de saúde. E está convencido de que a opção de mudar existe.

DÉCADAS DE INFLAÇÃO

A disputa pela mudança é antiga: vem sendo travada há 40 anos, conforme as contas do economista Paul Krugman, ganhador do prêmio Nobel de 2008. Em grandes linhas, o sistema norte-americano é quase uma aberração, porque, ao contrário dos demais países desenvolvidos, não considera a saúde um direito social, mas um negócio privado. Com a agravante de ser pesadamente financiado pelo Estado, numa proporção que pode chegar a 65%, de acordo com alguns estudos.

Ocorre aqui, aliás, uma contradição interessante: imagina-se geralmente que o uso de alta tecnologia ajude a reduzir custos. Mas nem sempre, afirma a Divisão de Orçamento do Congresso dos EUA, no seu relatório anual de 2006: “Na assistência à saúde (...) o uso crescente de novas tecnologias médicas tem sido um

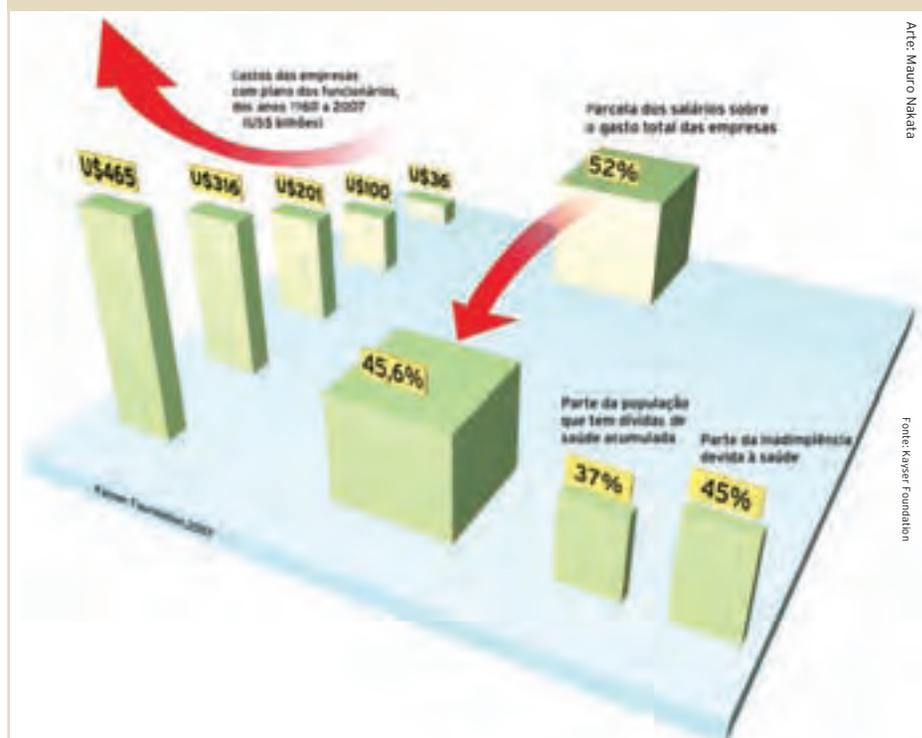
fator importante de aumento dos gastos. (...) Ao contrário de muitos setores da economia, os avanços tecnológicos têm geralmente aumentado os custos, em vez de diminuí-los”. Krugman menciona essas observações para arriscar uma explicação sobre como funciona o sistema americano: “Tira-se a assistência básica de Pedro para dar a Paulo um tratamento de última geração. Assim, temos o paradoxo cruel de que o progresso médico é ruim para a saúde de muitos americanos.”

O fato é que o sistema não tem tido um desempenho aceitável nem como negócio nem como serviço social. Sua base,

consolidada na esteira da crise de 1929, são as empresas de seguros e as indústrias hospitalar e farmacêutica. O Estado subsidia indiretamente os três ramos. As seguradoras, primeiro, porque elas vendem planos de saúde ao conjunto das empresas do país, que os compram em nome de seus empregados – e parte dessa despesa é abatida do imposto devido pelas empresas. As indústrias hospitalar e farmacêutica recebem verbas e incentivos fiscais para desenvolver tecnologias médicas de última geração. Mais informalmente, o Estado também gasta dando atendimento aos cidadãos que não têm planos privados. ▶

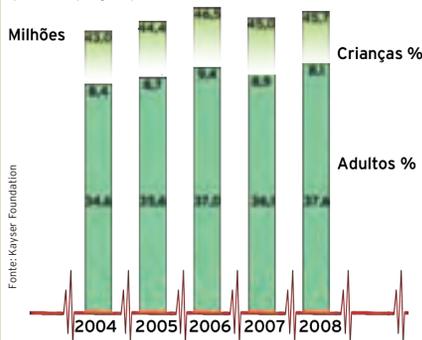
Sistema falido

Os preços dos planos de saúde disparam, as empresas reduzem salários para pagá-los e a população se endivida com tratamentos



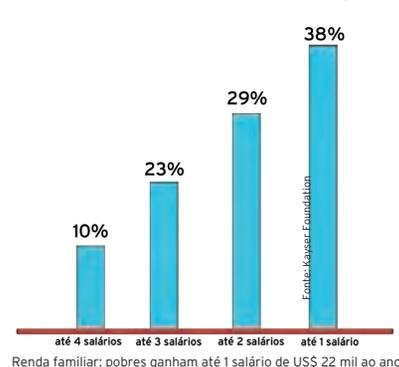
Ao Deus-dará

Cresce o número dos que não podem pagar planos de saúde



Nem todos são pobres

Só 38% dos que não têm plano são realmente pobres



Para isso, mantém alguns milhares de pequenos centros de saúde regionais; um programa nacional para pobres e desempregados, o Medicaid, pago meio a meio pelos estados e pelo governo federal; e um programa nacional para os aposentados, o Medicare.

Neste momento, as inconsistências do sistema americano estão num ponto crítico porque as despesas totais com a saúde estão crescendo sem controle. Em 1970, elas representavam 7,2% do PIB, mas chegaram a 15,3% (cerca de 2 trilhões de dólares em relação aos 15 trilhões de dólares do valor total da produção) e se estima que vão subir para 20% daqui a cinco anos. Os dados são da Kayser Family Foundation, a principal fonte de estatísticas médicas nos EUA. A saúde é o gasto de maior peso no déficit orçamentário dos EUA, que se situa há anos na casa dos 10% e contribui para aumentar a maior dívida do mundo – que é de 10 trilhões de dólares, ou dois terços de toda a economia, e que vem crescendo à taxa de 1,5 bilhão de dólares ao dia.

DIREITO “COMUNISTA”

Para a população, segundo a Kayser, a inflação crônica da saúde significa um gasto per capita que era de 356 dólares em 1970, passou para 6,7 mil dólares em 2005 e será de 12,3 mil dólares em 2015. O efeito disso sobre a renda pessoal é que os norte-americanos gastam 14% do

salário com saúde, atualmente, quase três vezes mais do que nos anos 1960. Essa situação se agravou no período de dificuldade que antecedeu a atual crise financeira, que transformou os gastos com a saúde na principal causa da inadimplência das famílias norte-americanas. Os números mais recentes indicam que mais de 60% das dívidas não pagas decorrem de gastos com a saúde.

Nem as empresas conseguiram suportar o tranco: depois de tentar compensar seus gastos reduzindo os salários, muitas desistiram dos planos privados. Em 1987, no auge do sistema, 70% das empresas norte-americanas ofereciam plano de saúde. Em 2005, o percentual tinha caído para 60% e continuava em queda, de acordo com a Kayser Family Foundation. Esse efeito, combinado com o desemprego dos últimos anos, provocou dois efeitos colaterais: um foi o endividamento das famílias, que passaram a pagar seus próprios planos; o outro foi o inchamento dos serviços públicos de saúde, especialmente o Medicaid. Nos últimos cinco anos, a quantidade de sem-plano passou dos 40 milhões, chegando aos 47,5 milhões no ano passado. Mas a Kayser mostra que deve ter aumentado ainda mais neste ano, visto que o atendimento pelo Medicaid disparou: cresceu 5,4%, a taxa mais alta em seis anos. As despesas do programa, conseqüentemente, subiram 7,9%, o maior

aumento em cinco anos.

Mais de 70% dos norte-americanos, conforme pesquisas recentes, consideram que têm um bom atendimento à saúde. Mas, apesar do preço que se paga, o sistema não se sai melhor do ponto de vista da eficiência. O serviço norte-americano é o pior dos países desenvolvidos: ocupava o 37º lugar numa avaliação feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, na qual a França ficou em primeiro. E o sistema francês custa bem menos: 10% do PIB, e não 15%, como o norte-americano. Os EUA têm menos médicos por mil habitantes que a média da Europa: 2,3 contra 4,1. Têm mortalidade infantil maior – e não só comparados à Europa. São o 28º colocado do mundo nesse item, com sete mortes a cada mil nascidos vivos.

Segundo a Kayser, existem em tramitação no Congresso nada menos que 12 propostas distintas de reforma desse sistema. Mas o debate central gira em torno dos planos de saúde privados. Uma fatia importante da opinião pública americana, centrada no Partido Democrata, propõe trocar a ideia de seguro-saúde pelo conceito de serviço público, acessível a todos os cidadãos. Essa proposta sempre foi taxada de “comunista” pelos defensores do seguro privado (que reúnem o grosso do Partido Republicano e parte dos democratas). Mas o serviço público, da maneira como argumentam os seus defensores, não

Cem anos de saúde paga

Apesar da pressão, nunca foi possível criar um atendimento público, aberto a todos os cidadãos



1920 FILANTROPIA E VENDA

O serviço de saúde é visto como meio de reduzir perdas com empregados doentes. Para o historiador Jonathan Cohn, as Blue Cross, filantrópicas, popularizaram nessa época um atendimento sem lucro, a partir de doações. Seguradoras privadas copiaram o modelo para vender planos.



1930 SAÚDE NEM NA CRISE

Em meio ao rápido aumento do desemprego, Franklin Roosevelt consegue criar a previdência pública, mas não incluir o serviço de saúde na lei, embora os preços do seguro privado estivessem em alta acelerada.



1940 TRUMAN COMUNISTA

Muitas empresas começam a oferecer planos para atrair empregados, e a indústria do seguro cresce. Roosevelt volta a pressionar o Congresso pelo serviço público. Seu sucessor, Harry Truman, chega a montar um programa nacional. É chamado de comunista pela Associação Médica Americana.

afeta os hospitais, consultórios e farmácias, que continuariam a prestar seus serviços e a cobrar preços de mercado. Do ponto de vista econômico, a única diferença é que o pagamento, em vez de tomar a forma de subsídios ao setor privado, passaria a ser feito por meio de dotações orçamentárias explícitas a uma agência estatal ou semiestatal. Essa instituição cobriria as despesas que os usuários não pudessem pagar, tal como hoje funciona o Medicare. Apenas a indústria do seguro-saúde perderia parte dos seus lucros, estimados atualmente em 10 bilhões de dólares.

EFICIÊNCIA DO ESTADO

A principal diferença é conceitual – entre um negócio e um direito –, tanto que alguns dos mais importantes críticos do seguro privado se dizem apertados e consideram o direito à saúde uma questão moral, como o economista Uwe Reinhardt, da Universidade Princeton, por exemplo. Ele recentemente escreveu em seu blogue que “os americanos têm direito moral a um tratamento médico, mesmo que possivelmente não tenham recursos financeiros para pagar por ele (senão, por que Deus teria criado os hospitais e as salas de emergência?)”.

Entre o serviço público e o privado, a proposta do presidente tenta ficar no meio do caminho. Ele procura resolver o problema dos subsídios por meio de um imposto

único para pagar todos os atendimentos. O problema da inflação seria atacado pela criação de uma seguradora pública, capaz de concorrer com os planos privados e forçá-los a manter preços civilizados. Em outras palavras, a saúde continuaria sendo um negócio, diz Himmelstein. “Décadas de experiência ensinam que as seguradoras privadas não conseguem controlar custos ou dar às famílias a cobertura de que precisam. E um clone público das seguradoras privadas não vai ser capaz de resolver essas falhas.”

Em setembro, o pesquisador publicou um artigo criticando a adoção do imposto único para a saúde, dizendo por que a medida não funcionaria, nos termos propostos por Obama. “Ele recebeu promessas, dos hospitais, das seguradoras e da Associação Médica Americana, de que vão controlar os custos”, escreveu Himmelstein. Mas, diz ele, é só uma réplica das promessas que já fizeram no passado e não cumpriram.

Himmelstein recupera estudos que mostram que os programas públicos, especialmente o Medicare, são mais baratos e mais eficientes do que os planos privados, dizendo que estes últimos são lucrativos porque selecionam usuários saudáveis e evitam os doentes, entre outras formas de aumentar ganhos comerciais. Também diz acreditar que um plano público, em vez de controlar preços por meio da concor-

rência, vai terminar sobrecarregado com os pacientes mais difíceis de tratar e mais caros. “Para se tornar competitivo, um plano público teria de copiar os privados”, conclui ele.

ANÁLISES BEM MAIS REALISTAS

Himmelstein não é novato nessa disputa. Há décadas lidera um grande grupo de médicos e pesquisadores que se dedicam a estudar e a defender politicamente o serviço público – o Médicos para um Programa Nacional de Saúde. Alguns desses estudos são referência nacional, especialmente uma análise incorporada à proposta de Obama, “Custos da administração do atendimento à saúde nos Estados Unidos e no Canadá”, escrito em 2003 com os colegas Steffie Woolhandler e Terry Campbell. Himmelstein também participou da elaboração do programa de governo do então candidato Bill Clinton e fez, na época, as mesmas ponderações que agora, sem sucesso.

Suas análises, no entanto, parecem bem mais realistas que a da revista britânica, com a vantagem de oferecer uma opção ao presidente. Não significa que seja uma opção vencedora, em vista das gigantescas dificuldades que a crise financeira projeta para os próximos anos, mas, ao menos, não contrapõe uma realidade ruim a uma perspectiva sinistra, como *The Economist*. ■



1950 PREÇOS DOBRAM

O programa de Truman alcança apenas os muito pobres. No geral, é esvaziado pelo seguro privado, comprado pelos empregadores em nome dos funcionários. As despesas nacionais de saúde sobem para 4,5% da renda nacional. Os preços dos hospitais dobram, em dez anos.



1960 POBRES E APOSENTADOS

Lyndon Johnson, finalmente, transforma em lei o serviço de Truman, com o nome Medicaid, e também cria um serviço público de saúde para aposentados, o Medicare. São “ilhas” públicas entre mais de 700 grandes empresas de seguro-saúde em operação no país.



1980 PRIVATIZAÇÃO

A crise dos anos 1970 se desdobra na chamada “década perdida”, durante a qual o governo Ronald Reagan faz extensas mudanças na saúde, forçando a integração dos hospitais em grandes conglomerados privatizados. Usa para isso os recursos do fundo público que financia o Medicare.

Melhor
para a sua
empresa



Conte com o Banco do Nordeste. Sua empresa vai crescer como nunca.

Banco do Nordeste. O melhor para a sua empresa.

O Banco do Nordeste vem se firmando cada vez mais como parceiro das micro e pequenas empresas, com produtos de qualidade e com os melhores juros e prazos do mercado para atender a todo tipo de necessidade do seu negócio. É por isso que o Banco do Nordeste é o melhor parceiro para quem quer implantar, ampliar, modernizar ou mesmo trazer o seu negócio para o Nordeste. Conte com o parceiro certo. Conte com o Banco do Nordeste. O melhor para a sua empresa.

**Banco do
Nordeste**



A GUERRA DA DROGA

Com a dificuldade de enfrentar o crime, os países avançam com medidas para liberar o uso leve de maconha e de outras substâncias

por Yuri Martins Fontes



Ciudad Juarez, capital nacional do tráfico no México: intervenção militar

A SUPREMA Corte da Argentina liberou, em agosto, o consumo e a posse de pequenas quantidades de maconha, argumentando que o uso da droga não ofende a “ordem pública ou a moralidade” e que “cada adulto é livre para tomar decisões sobre seu modo de vida, sem intervenção do Estado”. Essa avaliação se baseia na “cláusula da vida privada”, da Constituição argentina. A decisão contagiou outros países. Poucos dias depois, o México foi ainda mais longe, estendendo a descriminalização a outras drogas: a Justiça mexicana não mais condenará quem portar menos de 5 gramas de maconha, meio grama de cocaína ou 50 miligramas de heroína. A contrapartida é o usuário se considerar doente e aceitar tratamento médico.

A medida libertaria o país “de uma enxurrada de pequenos crimes que têm saturado o governo federal”, segundo *The Wall Street Journal* ouviu de um funcionário da Procuradoria-Geral mexicana. Ao mesmo tempo, segundo o funcionário, a medida “dará fôlego às autoridades para perseguir grandes criminosos”.

Também no Brasil, essa discussão voltou à tona: ainda neste ano, o governo federal deverá apresentar um projeto de lei com o objetivo de mudar a Lei Nacional Antidrogas, de 2006. A demora na tramitação, iniciada há dois anos, deve-se à resistência ao projeto, especialmente da Secretaria Nacional Antidrogas e do Conselho Nacional Antidrogas. Um dos pontos em debate é legalizar o plantio de

maconha em pequenas quantidades (hoje, ter uma muda da planta em casa pode gerar punição com serviços à comunidade e multa).

PENAS LEVES NO BRASIL

Também existe, desde 2007, uma autorização do Congresso brasileiro para o Judiciário abrandar penas de usuários de maconha que se submetam a um programa de desintoxicação. Mas o uso e o porte continuaram sendo crimes, o que teria levado à superlotação das cadeias com pequenos “passadores de fumo”. Para Nalayne Pinto, especialista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nos últimos anos, intensificou-se o “aprisionamento dos pequenos traficantes de rua”.

Vários homens públicos, como o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, passaram recentemente a defender a descriminalização do uso da maconha. O deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) diz que se quer “abrandar as penas ao pequeno usuário, retirando-o da órbita penal”. Teixeira é um dos representantes do Executivo junto ao Congresso. “Não se trata de legalizar drogas, mas de não deixar o consumidor se ligar à criminalidade.”

EUA: PELA LEGALIZAÇÃO

Teixeira afirma que o projeto governista segue o modelo português e holandês. Em Portugal, desde 2001 deixou de ser crime usar maconha, cocaína, ácido lisérgico e outras drogas. Passou a ser uma infração administrativa, e, segundo o governo, isso fez o consumo cair 10% desde então. Na Holanda, permite-se a venda controlada de maconha, assim como o consumo em alguns locais fechados.

Um fato marcante nessas iniciativas latino-americanas foi uma reunião do Parlamento do Mercosul, em março deste ano, na qual se propuseram audiências públicas nos países-membros com o propósito de debater a legalização da maconha. Divulgou-se um documento com o apoio de vários prêmios Nobel afirmando que “uma avaliação da repressão impulsionada pelos EUA e pela ONU demonstra que tal política foi um fracasso”, que “não houve redução da produção nem do consumo de drogas” e que, “pior do que tudo, gerou problemas humanos e sociais gravíssimos”.

Já para o grupo Droga e Democracia na América Latina – do qual fazem parte ex-presidentes de Brasil, Colômbia e México –, a “política de erradicação de plantações” e a penalização do consumidor nunca trouxeram “resultados razoáveis”. O grupo propõe a descriminalização da erva e que o toxicômano seja considerado um doente.

Movimento parecido estaria acontecendo entre os estadunidenses, em geral conservadores em termos de costumes. Agora, já não acreditariam tanto na repres-

são: *The Washington Post* afirma que, hoje, 46% dos norte-americanos defendem a legalização da maconha, ante apenas 22% em 1977. Para Ethan Nadelmann, diretor da organização Drug Policy Alliance – que defende o fim da “guerra às drogas” –, “há 30 anos, a gente não sabia diferenciar um baseado de heroína, mas, hoje, grande parte das pessoas de 40 a 60 anos já usou maconha e sabe que não é ponte para drogas mais pesadas”.

A liberalização do uso de entorpecentes provavelmente não será suficiente para enfrentar o crescimento do tráfico – embora possa amenizar alguns efeitos daninhos e colaterais da repressão indiscriminada. Talvez possa diminuir o número de simples usuários que hoje são tratados

Estudo do Mercosul propõe estatizar a produção e o comércio para anular a força do tráfico

como criminosos perigosos – e em alguns casos acabam se aproximando do crime ao ser presos.

Mas atacar o crime organizado, aparentemente, exigiria medidas muito mais amplas que as que estão sendo tomadas agora. Como exemplo, o citado estudo do Parlamento do Mercosul afirma que uma atitude mais efetiva, nesse campo, envolveria nada menos que a estatização da produção e do comércio das drogas em geral. Só assim se anularia a força do tráfico, raciocina o documento, refletindo a opinião de muitos partidos progressistas e movimentos sociais no mundo todo.

De qualquer forma, o movimento descriminalizante avança de maneira

contraditória: na Colômbia, por exemplo, é a repressão mais ampla que está se fortalecendo. Não está havendo uma concentração de esforços sobre os esquadrões organizados do crime – como diz estar fazendo o México. O próprio México é um caso a parte, que não se pode comparar com a Argentina ou mesmo com o Brasil. Atualmente, os mexicanos estão, na prática, em guerra civil, já que o narcotráfico manda e desmanda na região noroeste do país, porta de entrada para o fabuloso mercado norte-americano de cocaína.

COCA: SEIS MIL MORTOS

No ano passado, os confrontos com o narcotráfico deixaram 6 mil mortos, dos quais 1,6 mil nas vizinhanças de Ciudad Juárez, considerada capital nacional do crime. Neste ano, só nos dois primeiros meses, o número de vítimas já era de 1,1 mil.

Com isso, o México acumula um problema adicional, que são as pressões do governo dos EUA. Essa tensão é crescente: no fim do ano passado, a diplomacia norte-americana classificou de “falido” o Estado mexicano e enquadrou o narcotráfico “mexicano” como a maior ameaça corrente ao território norte-americano. Coerentemente, o Comando Sul das Forças Armadas dos EUA considerou o noroeste mexicano passível de intervenção militar. Como resposta, o presidente mexicano, Felipe Calderón, militarizou o combate ao tráfico e, neste ano, já alocou 5 mil soldados nas áreas mais críticas de Ciudad Juárez. ■



Descrição eletrizante da crise dos mísseis de Cuba, que envolveu Castro, Kennedy e Kruschev, traz novidades sobre episódio crucial da Guerra Fria

por Angelo Segrillo

DE VOLTA AO FIM DO MUNDO

Reprodução



UM MINUTO PARA MEIA NOITE
Kennedy, Kruschev e Castro à beira da guerra nuclear

Autor **Michael Dobbs**

Tradução **Jussara Simões e**

Marcos Santarrita

Editora **Rocco**

Ano **2009**

Páginas **448**

NA SEGUNDA quinzena de outubro de 1962, muitos acreditaram estar perto o fim do mundo, com a crise dos mísseis em Cuba. O ápice da confrontação entre URSS e EUA – as superpotências do comunismo e do capitalismo –, quando o líder soviético, Nikita Kruschev, tentou instalar ogivas nucleares em Cuba e o presidente americano, John Kennedy, deu-lhe um ultimato para a retirada do arsenal, rendeu tanto um intenso debate político quanto uma trama novelesca digna de um filme de Maxim Isayev, Stirlitz (a versão soviética de James Bond).

O livro de Michael Dobbs, *Um minuto para a meia-noite*, ambiciona suprir subsídios para uma visão desses dois ângulos: fornecer uma narrativa cativante no estilo novelesco e uma análise aprofundada que se aproveita da abertura dos antigos

arquivos secretos soviéticos após a década de 1990 e da liberação dos documentos americanos ainda secretos à medida que o prazo máximo de 50 anos de reserva vai se esgotando.

Assim, a análise do livro de Dobbs deve abordar esses dois lados da empreitada. Começamos pelo primeiro aspecto. Neste, passa no teste facilmente. Dobbs formatou a narrativa como uma descrição eletrizante, passo a passo, dos acontecimentos em forma romanceada, com descrição das falas (e até, ocasionalmente, pensamentos) dos diferentes personagens. Trata-se de um estilo que requer extremo cuidado se não se quer perder o valor histórico da obra: estará ok se essas falas (e pensamentos!) dos personagens estiverem baseadas em fontes seguras escritas ou orais (por

exemplo, depoimentos dos participantes sobreviventes).

É desse modo que Dobbs narra as principais fases da crise. Como em 16 de outubro, quando Kennedy recebe as fotografias aéreas que confirmam a existência de instalações de mísseis nucleares em Cuba anteriormente contrabandeados pelos soviéticos e instala o EXCOMM, um grupo seletivo de ministros e funcionários para aconselhá-lo e discutir a crise. Também relata as discussões dentro do órgão sobre como reagir ao problema de os soviéticos terem mísseis nucleares capazes de facilmente atingir os EUA a partir da vizinha Cuba. Ou ainda como a ala mais dura do EXCOMM foi vencida pela mais branda com o resultado que Kennedy anunciou em 22 de outubro – não uma invasão de Cuba ou o bombardeio das instalações nucleares, mas, sim, um bloqueio naval (“quarentena”) em que navios soviéticos com armas ofensivas seriam impedidos de entrar em águas cubanas e a exigência concomitante da retirada dos mísseis secretos já instalados na ilha.

NOVA VISÃO

Da mesma forma, ganham força dramática na narrativa a carta que Kruchev enviou a Kennedy, em 26 de outubro, propondo a retirada dos mísseis em troca da promessa dos EUA de não mais tentarem invadir Cuba (como haviam feito no episódio da Baía dos Porcos, em 1961), seguida de uma enigmática carta no dia seguinte, exigindo que os EUA retirassem também seus mísseis Júpiter da Turquia, e o “sábado negro” de 27 de outubro, episódio que atingiu a tensão máxima, quando o mundo prendeu a respiração, torcendo para um dos dois contendores “pisar primeiro” e aceitar as condições do outro. E, finalmente, a resolução da crise por meio de um “jeitinho à brasileira”: o irmão do presidente, Bobby Kennedy, então secretário de Justiça, encontrou-se com o embaixador soviético em Washington e acertou que os EUA forneceriam garantias públicas de não invadirem Cuba em troca da remoção dos mísseis e que faziam uma promessa informal (não declarada pública na época) de retirada dos mísseis da Turquia em um prazo de cinco meses (o que aconteceria de fato posteriormente). No domingo, 28 de outubro, o mundo respirava aliviado com o acordo.

Na época, os eventos foram lidos no Ocidente como uma grande vitória de Kennedy sobre os soviéticos. Mas essa

visão inicial tem sido fortemente requalificada na historiografia mais recente. Em termos historiográficos, além das versões soviéticas e cubanas, a literatura ocidental sobre o assunto, grosso modo, se dividiu entre os chamados tradicionalistas, revisionistas e pós-revisionistas. Os tradicionalistas (como Arthur Schlesinger Jr., Theodore Sorensen e o próprio Bobby Kennedy em seu livro *Thirteen Days*) tendiam a descrever o episódio como a vitória de um astuto John Kennedy, que, com uma mistura de força e comedimento, de ameaças sensíveis, mas deixando ao inimigo uma saída possível, obteve a retirada dos mísseis de Cuba com o bloqueio marítimo, evitando, ao mesmo tempo, a guerra nuclear que um ataque direto a Cuba poderia detonar.

Os autores revisionistas (como T.G. Peterson, Leslie Dewart) tinham uma visão mais crítica de Kennedy ao mostrar que

Cuba conseguiu seu maior objetivo: evitou a invasão.

E Castro sobreviveu a Kennedy e a Kruschchev

a superioridade nuclear dos EUA sobre a URSS na época era tão grande que uns poucos mísseis em Cuba não alterariam o equilíbrio nuclear significativamente (opinião, aliás, partilhada por Robert McNamara, secretário de Defesa americano na época). Pior: ao humilhar Kruchev e os russos nesse campo, Kennedy teria contribuído para a escalada armamentista soviética posterior no campo nuclear, com o intuito de a URSS nunca mais estar nessa inferioridade perigosa.

Os tradicionalistas e os revisionistas escreviam baseados nas poucas fontes públicas (geralmente ocidentais) disponíveis na época. Com a abertura dos arquivos secretos soviéticos e a crescente liberação de antigos documentos confidenciais do lado americano, um mundo novo surgiu para a análise do período. Aproveitando o acesso a essas novas fontes, os pós-revisionistas têm proporcionado releituras do episódio. O trabalho de Dobbs se insere nessa seara.

Um primeiro ganho dos pós-revisionistas foi a maior incorporação das perspectivas soviéticas e cubanas sobre o assunto a partir das novas fontes disponíveis. Isso levou a uma reavaliação do resultado do conflito, que deixou de ser visto como uma vitória acachapante dos EUA para ser interpretado como uma espécie de “empate técnico”. Afinal, Kruchev havia instalado mísseis em Cuba para proteger a ilha de novas tentativas de invasão como as anteriores, além de igualar a vantagem tática dos EUA, que tinham mísseis “ao lado” da URSS, na vizinha Turquia. Esses dois objetivos foram alcançados. Os EUA honraram o compromisso de não mais tentar invadir Cuba e os mísseis Júpiter americanos foram discretamente retirados da Turquia cinco meses depois.

A maior reavaliação feita talvez tenha sido com relação ao papel e à posição de Fidel Castro e dos cubanos em todo esse jogo. Nas versões tradicionalistas e revisionistas, Cuba e Castro eram praticamente figuras mudas, meros peões no jogo entre as duas superpotências (não completamente “mudas”, pois se sabia que Castro vociferou alto com Kruchev ao saber que este fizera um acordo com Kennedy sem o consultar). Nas novas interpretações pós-revisionistas, a situação muda de figura. Cuba conseguiu, por meio do acordo Kennedy–Kruchev, seu objetivo maior, que era ter a segurança de não ser invadida pelos EUA (o que originalmente esperavam obter com a instalação, na ilha, de mísseis nucleares). Além disso, por uma ironia da história, Castro sobreviveu e manteve-se no poder por décadas, bem mais que Kennedy, assassinado um ano depois, e Kruchev, deposto dois anos mais tarde. Cuba passou a ter, a partir do episódio, uma importância geopolítica imensa, bem desproporcional ao seu tamanho físico ou seu tradicional papel histórico.

PESQUISA PROFUNDA

O trabalho de Dobbs torna-se relevante, também, no segundo aspecto mencionado: o da avaliação historiográfica. Apesar de seu estilo “novelesco”, a obra contém uma profunda pesquisa de fontes nos EUA, na Rússia e em Cuba, realizada ao cabo de dois anos. Existe um aspecto do livro (a propósito, importante também) que é o de compilação de toda uma nova série de dados disponíveis recentemente em diferentes arquivos na Rússia e nos EUA, bem como por meio de entrevistas com participantes e protagonistas dos ►

acontecimentos que, principalmente do lado soviético, só começaram a falar há pouco. Mas houve contribuições pessoais de Dobbs a esse esforço de levantamento arquivístico e de história oral.

Por exemplo, ele conseguiu estabelecer a localização exata de um *bunker* de armazenamento de ogivas nucleares soviéticas perto de Bejucal, em Cuba, que há muito era procurado. Principalmente, adicionou (ou ajudou a clarificar) dois pontos importantes em termos históricos. Um, de que o bloqueio naval americano teria levado a uma situação de “olho no olho”, com cargueiros soviéticos carregados de mísseis nucleares chegando próximo à ilha de Cuba e encarando os navios da Marinha americana na linha demarcatória da quarentena marítima, por volta do dia 24 de outubro.

Dobbs demonstrou claramente que os navios soviéticos realmente carregados com mísseis desde o dia 23 já tinham recebido ordem de retorno de Kruchev bem antes da linha demarcatória americana e que os americanos sabiam disso. A situação do “olho no olho” não foi negada na época pelos americanos, pois servia a uma mitologia politicamente útil a Kennedy, que precisava mostrar-se como um líder destemido para as próximas eleições congressuais.

Finalmente, uma curiosidade, um detalhe estabelecido por Dobbs, mas que pode ter ajudado a crise a ter chegado a um bom termo: os líderes soviéticos deram a resposta final positiva a Kennedy da forma mais rápida possível no dia 28 de outubro, pois acreditavam que o dirigente americano tinha marcado um pronunciamento pela TV à nação às 21h de Washington, durante o qual daria a palavra final sobre atacar ou não Cuba, dependendo da resposta soviética ao seu ultimato. Acabou se revelando que o “discurso” de Kennedy foi um engano do serviço de informação soviético em Washington: tratava-se apenas da reprise, por uma emissora, do discurso inicial de Kennedy à nação no dia 22 de outubro.

Essa é uma característica da literatura pós-revisionista, a de dar importância também ao acaso na história. Nem tudo pode ser explicado racionalmente ou pelo estudo das grandes estruturas. O contingente tem um papel na explicação histórica, principalmente em um caso como a crise dos mísseis, em que seres humanos falíveis, trabalhando sem descanso em dias carregados de tensão, podem, por detalhes, perder a calma e tomar decisões



Divulgação



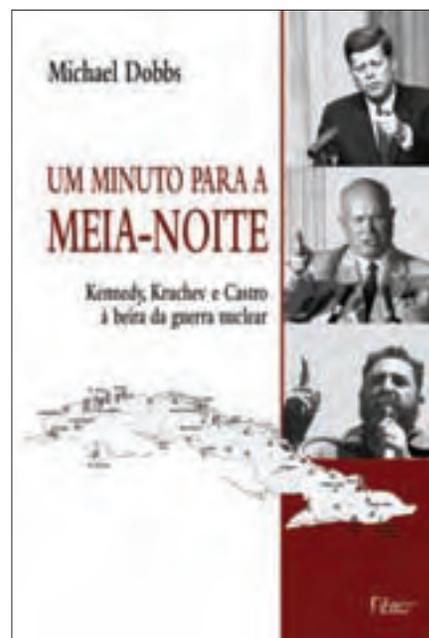
Divulgação

Imagens aéreas das instalações de mísseis em Cuba produzidas por forças americanas

erradas por motivos de cansaço ou idiosincrasias próprias.

No todo, pode-se afirmar que a obra de Dobbs, ex-correspondente do diário *The Washington Post* em vários países do Leste Europeu, cumpriu seu papel mais que satisfatoriamente. A intensa pesquisa de fontes trouxe novos ângulos e detalhes ainda não explorados. Em termos historiográficos, a obra não representou a abertura de nenhum paradigma histórico novo ou inovador, inserindo-se no bojo da literatura pós-revisionista. Mas certamente trará ao público leitor e aos especialistas na área novos e importantes subsídios sobre esse episódio tão crucial da época da Guerra Fria. ■

ANGELO SEGRILLO é historiador da USP e autor de *O declínio da URSS: um estudo das causas* (Record) e *O fim da URSS e a nova Rússia* (Vozes)



Divulgação

JACKSON DO PANDEIRO, ÁS DO SINCOPADO

Há 90 anos nascia o artista que rivalizou com Luiz Gonzaga como um dos grandes da música popular nordestina

por **Tárik de Souza**

O PERNAMBUCANO de Exu Luiz Gonzaga (1912-1989) tinha colocado o Nordeste no mapa da MPB e ainda mantinha a coroa de rei do baião em 1953, quando um novo astro surgiu, fulminante, no mesmo firmamento. Paraibano de Alagoa Grande, criado em Campina Grande e radicado no Recife, onde atuava na poderosa rádio *Jornal do Comércio* (a que transmitia “de Pernambuco para o mundo”), um certo Jackson do Pandeiro tomou de assalto, naquele ano, as rádios do Sudeste com “Sebastiana” e “Forró em Limoeiro”.

O problema é que – ao contrário das celebridades supérfluas de hoje – o cantor de voz anasalada e fraseado vertiginoso, embora disputado pelas enormes audiências dos programas radiofônicos de Paulo Gracindo, Manoel Barcellos e César de Alencar, não aparecia. Foi um custo embarcá-lo para o Rio de Janeiro de navio, já que ele morria de medo de avião. Mas, quando finalmente o ex-ajudante de padeiro José Gomes Filho (1919-1982) – inicialmente “Zé Jack” por conta da idolatria pelo astro de faroeste Jack Perrin – desembarcou, abafou a banca. A rivalidade com Gonzaga impediu uma maior aproximação entre os dois. E o caricaturista do samba”, de quem sofreu confessa influência vocal, diante do êxito do pupilo, reagiu com hostilidade e um “despacho” de macumba contra o desafeto.

O “SAMBISTA” JACKSON

Filho da família desfeita de um oleiro e de Flora Mourão, uma afamada “coquista de rua”, ele trazia para a MPB um outro fio do novelo nordestino, da zona praieira e canavieira, derivado dos sincopados coco e rojão, mais aparentados ao samba. Tanto que a primeira nota publicada sobre o novo artista, em 1949, chamava-o de “sambista Jackson do Pandeiro, o homem-orquestra”, porque, além do instrumento do sobrenome artístico, tocava bateria e violão.

Como Gonzaga fez com o baião, o sindicalista pernambucano Edgar ▶



Lewy Moraes/Folha Imagem

Ferreira (1922-1995), um dos principais parceiros e fornecedores musicais do cantor/autor Jackson, “moldou o rojão executado por violeiros e rabequeiros antes e depois dos versos entoados, para utilizá-los como novo eixo musical”, como informa a biografia *Jackson do Pandeiro – o rei do ritmo*, de Fernando Moura e Antonio Vicente (Editora 34, 2001). É espantoso o trajeto de Jackson, da pobreza quase absoluta de quem conheceu a fome “de doer na cabeça” à projeção artística nacional. Ele viveu uma fase declinante (atribuída por ele à ascensão da Jovem Guarda, em meados dos anos 1960) que oscilaria quase até sua morte, com uma passagem pela seita Universo em Desencanto (a mesma que converteu Tim Maia). Mas foi redescoberto pelos tropicalistas e incensado pelas gerações nordestinas subsequentes. E não apenas estas. De Fernanda Abreu (“Meu enxoval”) a Os Paralamas do Sucesso (“Um a um”) e Gabriel O Pensador (“A mulher que virou homem”), artistas de várias latitudes estéticas o regravam em um CD em que ele chega à era eletrônica, *Jackson do Pandeiro revisito e sampleado* (1999).

CRÔNICA E CRÍTICA SOCIAL

Em seu riquíssimo repertório – em que é difícil precisar autorias, já que ele assinava com nomes diferentes, e ainda há a discutida parceria com a esposa e professora que o alfabetizou, Almira Castilho –, misturam-se crônica de costumes e crítica social. Tudo alinhavado em composições de alta octanagem rítmica, enfatizadas na interpretação do solista pelo uso intenso de modulações vocais em melodias curtas e divisão repleta de gingas. Das lembranças de infância do brejal onde morava (“Cantiga do sapo”) aos temas do primeiro parceiro (na dupla Café Com Leite), o pernambucano Rosil Cavalcanti (1915-1968), como “Cabo Tenório”, “Coco social”, “Moxotó”, “Forró do Zé Lagoa”, “Coco do norte”, “Compadre João”, “Na base da chinela” (regravada por Elba Ramalho) e “Sebastiana” (regravada por Gal Costa em seu primeiro disco solo). Entre as mais difundidas de Edgar Ferreira, entram o rojão futebolístico “Um a um” e mais “Forró em Limoeiro”, “17 na corrente”, “Vou gargalhar”, “Cremilda” e “Ele disse” – transposição musical da carta-testamento de Getúlio Vargas, que entrou para o repertório de Caetano Veloso.

Jackson também transformou em sucessos composições de João do Vale

(“O canto da ema”, com Alventino Cavalcanti e Ayres Viana), Manezinho Araújo (“Como tem Zé na Paraíba”, com Catulo de Paula), Jadir de Castro (“Samba do Ziriguidum”, com Luiz Bittencourt), Ary Monteiro (“Tum, tum, tum”, com Cristóvão Alencar) e Zé Dantas (“Forró em Caruaru”), habitual municador de Luiz Gonzaga. O compositor e produtor paraibano Genival Macedo, descobridor de Jackson, assinou o coco “A mulher do Aníbal”, um dos primeiros sucessos de sua carreira. O próprio Jackson, em meio à confusão jurídica da carreira autoral, assina o retirante “Xote de Copacabana”, “Meu patrão” (com Riachão), “Boi tungão”, “O rei Pelé” (com Sebastião Batista), o protesto “Mundo cão” (com Rogéria Ribeiro) e “Coco de improviso”, que divide com Alventino Cavalcante e Edson Menezes.

Numa época em que o mercado musical era dividido entre “meio de ano”, festas juninas (*São João autêntico* intitula-se um de seus LPs) e Carnaval, Jackson também marcou a folia com sucessos como o malicioso “Boi da cara preta” (Paquito/Romeu Gentil/José Gomes), a exaltação futebolística de 1962, “Frevo do Bi” (Braz Marques/Diógenes Bezerra) e principalmente o samba arrasta-povo “Lágrima” (José Garcia/Sebastião Nunes/José Gomes), de 1960. Chico Buarque regravou a música com viés ideológico em seu disco “Sinal fechado”, de 1974, centrado no repertório alheio, para fugir ao período mais implacável da censura contra sua obra. A letra ganhou conotação de despedida do ditador Médici, que se retirava: “Nem uma lágrima/derramei por você/quando você foi embora/meu coração não parou”.

Mas o maior êxito de todos foi “Chiclete com banana”, cuja autoria é atribuída a Gordurinha e Almira Castilho. A crítica à influência estrangeira (“Só boto bebop no meu samba/quando o Tio Sam pegar num tamborim/quando ele pegar num pandeiro e num zabumba/quando ele aprender que o samba não é rumba”) acabou se transformando em ato antropofágico após a regravação do tropicalista Gilberto Gil em seu disco *Expresso 2222*, de 1972. Virou título das histórias em quadrinhos do corrosivo Angeli na *Folha de S. Paulo* e respectivos gibis e ainda nomeou uma longa banda de axé music baiana. No campo das homenagens, Alceu Valença escreveu “Papagaio do futuro”, seguindo a cartilha sincopada de Jackson, com quem se apresentou no Festival Internacional

da Canção, e Lenine prestou-lhe tributo na composição “Jacksoul brasileiro”. No “pós-mangue beat” pernambucano, surgiu a banda Cascabulho, devota de sua obra, que o solista Silvério Pessoa hoje espalha pelo mundo.

A VOLTA À CIDADE NATAL

No fim de 2008, às vésperas da comemoração dos 90 anos de seu nascimento, os restos mortais de Jackson foram transportados do cemitério do Caju, no Rio, onde estavam enterrados, para sua cidade natal Alagoa Grande, de onde ele emigrou aos 10 anos, andando a pé. Agora estão no Memorial Jackson do Pandeiro, onde há um museu com documentos, fotografias, 120 discos e 417 músicas digitalizadas. Duas delas só foram descobertas no ano passado, como informou ao jornal *O Estado de S. Paulo* o biógrafo Fernando Moura, também idealizador do memorial. De Moura, ainda, é o roteiro do documentário *Jackson do Pandeiro – uma identidade nacional*, dirigido por Gilson Renato, que perpetua a atuação do paraibano responsável pela expansão da cultura nordestina no país e no planeta. ■

Jackson e Gonzaga: sem proximidade



HORA DE MOBILIZAÇÃO

O cineasta Jorge Furtado e o músico paraibano Chico César acham que é preciso aproveitar as oportunidades que o momento oferece

por **Maurício Barros de Castro**

fotos **Sergio Bondioni**

O IMPACTO da crise econômica internacional ainda não foi bem assimilado pelos diversos setores que formam a sociedade brasileira. Nem mesmo se pode dizer que ela acabou, como se precipitaram em afirmar diversos veículos da mídia nacional. A queda do dólar e a estabilização do mercado financeiro são os argumentos utilizados para decretar seu fim, mas sabe-se que isso só ocorreu porque o governo norte-americano saiu em socorro dos grandes bancos, injetando bilhões de dólares nessas

instituições, evitando, assim, o colapso do sistema.

Uma das perguntas que ressoam no Brasil diz respeito a como a crise mundial afetou a produção cultural do País. Essa questão levou a Fundação João Mangabeira – entidade filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) – e *Retrato do Brasil* a produzirem o debate “A cultura brasileira e a crise”, realizado em setembro, na cidade do Rio de Janeiro. O evento contou com a presença de dois importantes artistas brasileiros: o cine-

asta gaúcho Jorge Furtado e o músico paraibano Chico César.

“O que motivou a realização desse debate foi o fato de acreditarmos que a crise financeira internacional é mais geral”, explica Carlos Siqueira, presidente da fundação. “É uma crise de valores, que atinge também o mundo das artes, um setor sempre colocado em segundo plano. Ainda não se ouviram os agentes da cultura sobre essa crise. Por isso, propusemos essa discussão inicial com representantes do cinema e da música para despertar essa reflexão no cenário artístico.”

Para Siqueira, a crise não acabou. Ele afirma que foram criados mecanismos para salvaguardar as instituições que foram as principais responsáveis pelo caos no sistema financeiro. “As multinacionais, apesar de todo o seu discurso liberal contra a intervenção do Estado, pediram o apoio do governo para solucionar o problema. As medidas que tomaram resolveram essa parte, mas a crise é muito mais profunda.”

Raimundo Pereira, jornalista de *RB*, também acredita que o quadro ainda é ▶

O debate no Rio: Furtado, Siqueira, Pereira e Chico César discutiram como a cultura é afetada pela crise econômica



grave, como declarou no encontro. “Nós vivemos uma crise de grandes proporções e que tem de ser vista de um outro ângulo, do ponto de vista do trabalhador, que é o mais afetado por ela. Estima-se que o número de desempregados pela crise alcance entre 29 milhões e 59 milhões de pessoas.”

O jornalista explicou que o debate realizado no Rio foi o primeiro de um ciclo que aborda diversos temas, organizado em parceria pela fundação e pela revista, que vai se estender para outras cidades e estados. Neste momento inicial, o foco é a cultura brasileira. “Chamamos os companheiros para ver a crise da perspectiva dos artistas”, afirmou Pereira.

Os convidados para o debate têm em comum o fato de não pertencerem ao eixo Rio-São Paulo. Também são artistas que costumam unir arte e política. Furtado ganhou vários prêmios com o seu primeiro curta-metragem, *Ilha das Flores*, lançado em 1989. Trata-se de um documentário sobre um lixão de Porto Alegre que foge do lugar-comum, utilizando diversas linguagens visuais e narrativas para mostrar a miséria dos que vivem em torno do lixo.

A BRIGA CONTINUA

Entusiasmado com o sucesso do filme, o diretor estreante resolveu se dedicar definitivamente ao cinema, um sonho que foi atropelado pelo governo Collor, que fechou a Embrafilme. Desencantado, passou uma temporada na Europa e chegou a participar, literalmente, da queda do muro de Berlim. “Tive a felicidade de estar presente naquele momento histórico. Ajudei a quebrar o muro e ainda trouxe umas pedras dele como lembrança para os parentes e amigos. Acho que posso falar da crise porque já passei por algumas delas”, disse Furtado durante o debate.

Um dos principais problemas do cinema brasileiro é a concorrência gigantesca da indústria norte-americana, que ocupa 1,5 mil das 2 mil salas de exibição existentes no País. Furtado explicou que o restante dos espaços de exibição não fica para o filme nacional, mas é dividido entre todas as outras produções cinematográficas do mundo. Apesar dos números desanimadores, o cineasta disse acreditar que o momento difícil é importante para modificar o estado atual das coisas. “A briga continua, mas tem várias pessoas instalando salas alternativas, exibindo em DVD, organizando mostras itinerantes.



Pereira: a crise também deve ser vista da perspectiva dos artistas

Acho que a cultura supera qualquer crise. É impossível deter a produção cultural, nada vai nos parar”, afirmou o diretor.

Chico César, compositor de sucessos como “Mama África”, também tem uma longa trajetória de batalha pela arte. Uma jornada que chega a um momento importante. O artista acaba de ocupar o posto de secretário de Cultura de João Pessoa, capital da Paraíba. Para ele, este momento de retorno às raízes contribuiu para o seu olhar atual sobre a cultura e a crise mundial. “Tenho encontrado muitos artistas e grupos na periferia que sempre viveram na crise, porque nunca tiveram acesso às verbas do Ministério da Cultura, repassadas pelas leis de incentivo cultural. Nós sabemos que nos últimos anos esses recursos se concentraram principalmente no eixo Rio-São Paulo”, disse, no encontro realizado no Rio.

Chico César destaca a identificação desses artistas com as comunidades em que cresceram. Ele acredita que essa postura mostra uma vontade de interferir, por meio da arte, na realidade social em que vivem. “Eu estava sentindo falta disso, de um sentimento de responsabilidade do artista com o seu meio”, disse.

O compositor também aponta, assim como Furtado, para reações interessantes que a crise pode gerar. “Acho que este momento é positivo para os artistas que nunca tiveram facilidades. Isso pode fortalecer o fraco, principalmente se eles

perceberem que esta é a hora deles, dos coletivos e de outras iniciativas que estão surgindo”, avaliou.

As ideias de Furtado e Chico César convergem para a conclusão de que a cultura brasileira sempre viveu em crise, o que leva a pensar que as especulações do mercado financeiro internacional não foram muito impactantes para esse setor no País. “Num primeiro momento, esse impacto não foi muito percebido, mas, com certeza, nos desdobramentos posteriores, a área cultural sofrerá com a redução de financiamentos e verbas públicas”, afirma Wallace Barbosa, professor do curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mesmo com a possibilidade de enfrentar nuvens negras pela frente, os jovens candidatos a produtores culturais estão esperançosos com o futuro da profissão. “Eles estão animados com a possibilidade de eventos como as Olimpíadas de 2016, mas o segmento que está se formando se sente pouco consultado com relação às políticas para a cultura, que são sempre discutidas de cima para baixo”, afirma Barbosa.

Essa avaliação mostra que novos fóruns de discussão sobre a cultura e a crise precisam ser criados. Como sintetizou Furtado: “Apesar da crise, ou até mesmo por causa dela, a gente vai continuar produzindo cultura e procurando novos caminhos. Mas para pensar esses caminhos é que precisamos de debates como este”. ■



UMA HISTÓRIA TORTUOSA

Apesar do viés assumido por Cunha Lima, sua narrativa da trajetória da Rádio e TV Cultura de São Paulo é um bom registro dos acontecimentos

por Laurindo Leal Filho fotos Acervo Fundação Padre Anchieta

UMA HISTÓRIA DA TV CULTURA
Autor **Jorge da Cunha Lima**
Editora **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**
Ano **2009**
Páginas **344**

A **TELEVISÃO** brasileira carece de uma bibliografia mais ampla. Estamos ainda longe de compêndios como aquele produzido pelo historiador Asa Briggs, que, em quatro portentosos volumes, traça um painel consistente da história da radiodifusão britânica. Por aqui, vamos por partes. A universidade produz alguns trabalhos que viram livros, pesquisadores independentes se dedicam a uma ou outra

emissora e algumas empresas de comunicação contam suas histórias oficiais. E ficamos nisso.

Dessa forma, livros novos que reúnem e organizam aspectos ainda que parciais da história de nossa TV são sempre bem-vindos. É o caso de *Uma história da TV Cultura*, assinado por Jorge da Cunha Lima, presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, entidade mantenedora das emissoras públicas de rádio e de televisão vinculadas ao governo do estado de São Paulo.

Participante ativo de mais de dois terços da vida da fundação, Cunha Lima assumiu tarefa difícil: contar uma história no duplo papel de narrador e personagem. Vale-se principalmente de depoimentos de ex-funcionários da emissora e tenta costurá-los a uma visão pessoal dos fatos marcantes da vida dessa que é – sem dúvida – a mais bem-sucedida experiência de TV pública já realizada no Brasil.

Êxito obtido apesar de todos os percalços e dificuldades mostrados no livro. Constituída como entidade de direito privado, a Fundação Padre Anchieta deveria manter com o governo estadual rígida independência administrativa e ►

financeira, o que não ocorreu. Fica da leitura a nítida sensação de que, enquanto inúmeros profissionais competentes buscavam prestar à sociedade um eficiente serviço público de radiodifusão, todos os governos – uns mais, outros menos – viam a TV e a Rádio Cultura como canais de expansão de seus projetos político-eleitorais, com exemplos marcantes até os dias de hoje, como a interrupção da programação normal do dia 26 de agosto deste ano, para que o governador José Serra entrasse no ar, ao vivo, discursando na inauguração de um novo serviço da emissora.

PADRÃO COMERCIAL

Na história, dois exemplos são ainda mais emblemáticos: os governos de Paulo Maluf e Geraldo Alckmin. Em ambos, tenta-se aproximar a TV Cultura dos padrões das emissoras comerciais, com a expectativa de que ela ganhe audiência, ao mesmo tempo em que se investe na ampliação das áreas cobertas por seu sinal. O livro não conta, mas, durante a gestão Maluf, chegou-se a cogitar a contratação de apresentadores como Chacrinha e Hebe Camargo. No entanto, mostra como, no governo Alckmin, investiu-se em um modelo de programação típico das TVs comerciais, com a contratação, por exemplo, de Sílvia Poppovic, com seu programa de entrevistas. Mais ousados ainda que Maluf, os gestores dessa época tudo fizeram para que a Cultura assumisse a liderança de uma rede nacional de emissoras públicas, capaz de levar as realizações do governo paulista a todo o Brasil, de olho nas eleições presidenciais.

Sintomático é o espaço dedicado às lutas políticas travadas pelo controle da fundação, fato que só reforça a tese da existência de uma incompreensão crônica dos governantes sobre o papel de uma emissora pública, ainda que superficialmente o livro relate um desses momentos mais recentes: a tentativa frustrada do autor de conquistar um quarto mandato de presidente da fundação.

Cunha Lima não esconde o seu campo político. Ao ser eleito pela primeira vez, diz que “era claramente vinculado ao grupo e ao pensamento do ex-governador Franco Montoro”, aos quais também se vinculava, igualmente, o governador que o acompanharia nas duas primeiras gestões: Mário Covas. Na terceira, conviveu com Geraldo Alckmin – do mesmo partido de Covas, mas alinhado a outra corrente –, que pretendia impor, na eleição seguinte, um



TV Cultura: os infantis e o jornalístico *Roda-Viva* (com Caetano Veloso) são destaques

nome de sua confiança para a presidência da fundação.

Deu-se aí uma das mais encarniçadas batalhas pelo poder na instituição. Depois de nove anos à sua frente, Cunha Lima tinha maioria no Conselho, o que lhe garantiria votação tranquila para um novo mandato. O governo corria sério risco de derrota, que, se consumada, poderia levar a Cultura à bancarrota, diante de uma provável represália oficial, por meio de restrições orçamentárias. A saída, contada com a devida sutileza pelo autor e personagem, foi aceitar o nome imposto pelo governo, mas tendo como contrapartida a sua efetivação na presidência do Conselho Curador, cargo agora devidamente remunerado, ou “mais profissionalizado”, segundo o livro.

Por outro lado, Cunha Lima é caudaloso na defesa das suas três gestões diante das críticas sofridas, particularmente por meio da imprensa. Pena que não dê ao leitor a possibilidade de conhecer tais críticas, o que seria de grande utilidade para uma análise mais equilibrada daqueles períodos. Trata-as superficialmente e atribui a uma delas, por exemplo, “efeitos terríveis” para a instituição.

REFERÊNCIA DE QUALIDADE

Reclama que a reportagem afugentou possíveis anunciantes, dando de barato que a publicidade já era um componente fundamental para o orçamento da TV pública. Em sua primeira gestão, foi aberta a porta para a propaganda, ainda que discreta, denominada “institucional”. Porta que seu sucessor escancarou, igualando a TV Cultura ao ritmo das emissoras comerciais e à consequente e inevitável subordinação da produção de conteúdo ao *marketing*.

Apesar desses descompassos com os princípios da radiodifusão pública, consagrados internacionalmente, a TV Cultura tornou-se referência de qualidade

para grande parte da população paulista. Basta sair às ruas e perguntar o que as pessoas consideram uma programação de qualidade. Com certeza, a maioria apontará a da Cultura, mesmo que a vejam pouco. No entanto, em algum momento de suas vidas, com certeza, viram nela algo marcante, superior a tudo que é produzido pelas emissoras comerciais, e não esqueceram.

CLÁSSICOS DE NOSSA TV

Uma história da TV Cultura é pródigo em exemplos fartamente ilustrados com fotos históricas. Lá está a faixa de programação infantil que, no início dos anos 1990, conquistou números de audiência inéditos para a emissora, jamais alcançados outra vez. São programas que podem ser considerados clássicos da televisão brasileira: *Rá-Tim-Bum*, *X-Tudo*, *Glub-Glub*, *Mundo da Lua*, entre outros.

Personagens de *Vox-Populi*, no qual quem perguntava era o povo, são lembrados, como o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, entrevistado em 1978. E, depois, o mesmo Lula no *Roda Viva*, que levou para os estúdios, além dele, pessoas como Antonio Carlos Jobim, Pedro Almodóvar e Luís Carlos Prestes. Menção importante é feita também a Fernando Faro e seu *Ensaio*, por onde passaram, entre outros, Nelson Gonçalves, Tim Maia e Elis Regina. Um programa que é, sem dúvida, o mais importante registro da música popular brasileira do século XX.

Por tudo isso e por muito mais, graças aos seus jornalistas, artistas, produtores, diretores e funcionários de todos os escalões, a Cultura tornou-se imprescindível para a sociedade paulista. O material coletado, organizado e publicado por Jorge da Cunha Lima testemunha essa história, que, infelizmente, acaba obscurecida pela mesquinha luta pelo poder, marca indelével dos 40 anos da TV Cultura. ■

O FUTURO VEM DAS NUVENS

A nova forma de utilização da rede mundial de computadores promete um enorme salto, que vai além da mera comunicação

por Flávio de Carvalho Serpa



NO DIA 21 de novembro de 1969, pela primeira vez quatro computadores entram em conexão telefônica estável nos EUA, inaugurando a Arpanet, precursora militar e acadêmica da internet. Apenas 40 anos depois, com sua capilaridade infiltrada em todo o planeta e em quase 1,5 bilhão de computadores, a rede se tornou as artérias da civilização. Agora, dependemos virtualmente dela para tudo em grande escala, não só para a comunicação, mas para os negócios e para a logística das transações tradicionais.

Nos próximos anos, a rede mundial vai dar outro salto qualitativo. Com a chamada “computação em nuvem”, vai se tornar um organismo sintético global. Trata-se de um conceito relativamente velho na internet, mas que agora está ganhando impulso com o aparecimento de bandas de conexões cada vez mais largas.

A ideia é muito simples. Em vez de ser apenas uma estrada passiva de dados e informações, a rede mundial ganha poderes de processamento, tornando-se um parque de computadores gigantes.

Na sua forma passiva, a maioria dos computadores conectados tem no seu disco rígido os programas de que precisa para processar textos, planilhas, desenhar ou manter bancos de dados. Usa a rede mundial praticamente apenas para fazer o tráfego de informações.

A parte original da ideia é que, nessa nova era, os usuários da internet vão precisar de computadores cada vez menos potentes e mais baratos, exatamente o oposto do que tem ocorrido até agora nesse mercado. Os chamados *netbooks* são computadores portáteis menores e bem baratos, com poucos recursos internos e quase não precisam do tradicional HD (*hard disk*, disco rígido). Para que funcionem como um computador “normal”, necessitam apenas de um sistema operacional enxuto – como o que já é distribuído gratuitamente pelo Google. Ele armazena dados e usa programas que estão na rede, quase tudo grátis.

Muita gente já usa a computação em nuvem sem perceber. Desde 2002, o Google, o gigante de buscas na internet, oferece a possibilidade de o usuário escrever documentos de textos e planilhas de cálculos e controle financeiro sem ter esses programas no seu computador, tudo gratuitamente.

NUVEM “TRANSPARENTE”

A opção mais amplamente disponível antes era comprar os custosos pacotes de aplicativos da Microsoft, além de instalar o próprio sistema operacional da empresa. Cada usuário do serviço de *e-mail* do Google, o Gmail, pode guardar lá perto de 7 *gigabytes* de informações pessoais, sem o risco de perdê-las numa eventual pane do seu computador pessoal. O melhor: o usuário não precisa se preocupar em fazer penosos *upgrades* de seus aplicativos: a nuvem faz tudo automaticamente, sem que o cidadão perceba. As redes sociais, como Orkut, Facebook e Twitter, também flutuam na nuvem: imagine se você guardasse no seu PC todas as besteiras abrigadas nesses serviços...

E se der uma pane no Gmail? A empresa garante que isso não vai acontecer, pois ela tem perto de quatro dezenas de parques de computadores espalhados pelo mundo, com todas as informações armazenadas em locais distintos. Algumas instalações são até protegidas para a eventualidade de uma guerra atômica global. O Google também já patenteou ▶

data centers que vão funcionar como as plataformas marítimas de exploração de petróleo – usarão energia elétrica gerada pelos ventos e as marés e a água do mar para resfriar os poderosos computadores utilizados nessas instalações.

Mas o impacto maior dessa nova era será nos negócios e na produção científica. Empresas de todos os tamanhos vão poder dispensar grandes investimentos em máquinas próprias, pagando apenas pelo tempo e volume de serviços de grandes prestadores especializados. Empresas tradicionais no ramo, como IBM, HP e Apple, entraram naturalmente nesse novo modelo de negócios, mas outras, essencialmente prestadoras de serviços, aderiram a ele com sucesso. A rede de varejo Amazon, que começou com livros

Para a computação, é o equivalente à evolução no uso da eletricidade no século XX

e expandiu para eletrodomésticos, entrou por acaso: tendo um enorme parque de computadores para atender ao pico de serviços na época do Natal, passou a alugar a capacidade ociosa durante o resto do ano e engrenou no ramo. O serviço de computação da Amazon é complexo, pois envolve analisar os pedidos do cliente para antecipar os assuntos pelos quais ele vai se interessar no futuro ou os livros em estoque. O programa compara as compras do usuário com as de outros clientes com interesses parecidos e indica possíveis obras de interesse. A Amazon criou um sistema flexível (*elástico*) que permite aos usuários de sua nuvem ter acesso aos serviços, passando de um para dezenas de milhares de clientes instantaneamente, sem burocracia.

O sistema operacional dessa rede naturalmente é mais complexo, pois ela deve ser capaz de rotear as comunicações não apenas para um local previamente escolhido, mas para aqueles que estão com capacidade ociosa. Porém, para o usuário final, as coisas são simples: usuários do

Windows podem ver, na “Minha rede”, um servidor virtualizado da nuvem e trabalhar nele como se fosse o servidor da empresa no mesmo andar. Segundo calcula o Gartner Group, o valor dos serviços de computação em nuvem totalizou quase 50 bilhões de dólares em 2008 e a empresa prevê que esse valor vá triplicar até 2013.

“A migração para as nuvens marca um desvio fundamental na maneira como lidamos com a informação”, escreveu Stephens Baker na revista americana *Business Week*. “Para a computação, é o equivalente à evolução no uso da eletricidade no século passado, quando fazendeiros e fábricas desativaram seus geradores próprios e passaram a comprar a eletricidade mais barata e mais eficiente dos grandes fornecedores”, conclui o autor.

Para os cientistas que dependem de simulações computacionais complicadas, a nuvem tornou possível coisas que antes só podiam sustentar os grandes centros de pesquisa e universidades.

A internet das nuvens ainda tem pela frente alguns gargalos. O primeiro é a infraestrutura da banda larga, que é péssima mesmo em São Paulo, a maior cidade brasileira. O segundo é que a atual internet chegou ao limite da quantidade de endereços de IPs únicos que podem ser fornecidos. O IP é o número usado para

identificar os computadores na internet. É uma espécie de CEP eletrônico, que permite endereçar os pacotes de dados nas comunicações. Criado na década de 1970, o sistema atual só permite endereçar aproximadamente 4 bilhões de dispositivos, pois usa uma numeração de apenas 32 bits. Nos próximos anos, toda a indústria de telecomunicações e a internet vão ter de migrar forçosamente para o novo sistema de endereçamentos, o chamado IPv6, que usa uma numeração de 128 bits, capaz de produzir vários trilhões de endereços únicos.

Não vai ser uma migração fácil nem barata. Mas ela vai permitir que toda geladeira, telefone, celular ou monitor cardíaco de cada pessoa tenha um IP de acesso à internet. Torradeiras não vão acessar o Orkut ou o Facebook, é claro, mas vão poder ser monitoradas a distância e controladas para que não desperdicem energia.

Em 2015, estima um relatório do IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers), 5 bilhões de pessoas estarão conectadas por redes sem fio. Em 2017 serão 7 trilhões de dispositivos *on-line*, desde gente usando celulares até coisas como geladeiras e sensores espalhados por todas as partes do mundo. É dessa nuvem que vai chover o futuro da civilização, para o bem e para o mal. ■



WEBER/SANTAGO

experimente
ler para
concluir:
a realidade dos
fatos está na
imprensa popular



Leia

retrato doBRASIL

www.retratodobrasil.com

Fones.: [11] 3813-1527 / [11] 3037-7316

vendas@retratodobrasil.com

DESAPARECIDOS



Ída Dian de Oliveira



Hiran de Lima Pereira



Rubens Belrodt Paiva



Arsa Rosa Kuzinski Silva



Honestino Monteiro Guimarães



José Maria Ferreira de Araújo



Ruy Frazão Soares



Lúcia Maria de Souza



Marco Antônio Dias Rapista



Luís Ignácio Maranhão Filho



Walter de Souza Ribeiro



Helenira Resende de Souza Nazzaretti



Francisco dos Chagas



Eduardo Collier Filho



Virgílio Gomes da Silva



Jana Moroni Barroso



Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior

São mais de 140 desaparecidos políticos no Brasil durante a ditadura que você pode ajudar a encontrar.

COMO VOCÊ SE SENTIRIA SE NÃO TIVESSE O DIREITO DE ENTERRAR UM FILHO?

Essa é a dor de mais de 140 famílias de desaparecidos políticos que, mesmo depois do Brasil conquistar a democracia plena, ainda não conseguiram enterrar seus mortos. Encontrar esses corpos não é só respeitar o direito sagrado de seus familiares, é também uma forma do Brasil impedir que erros do passado se repitam no futuro.

Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.



Se você tem informações ou documentos sobre o período de 1964 a 1985, acesse www.memoriasreveladas.gov.br. O sigilo de sua identidade é garantido.

